



RESISTÊNCIA E CRÍTICA: análise dialógica e discursiva de charges e capas da revista *Careta*

Paola Pereira e Souza
Graduanda em Letras - Uni-FACEF
paolapereiracontato@gmail.com

Yasmin de Freitas Silva
Graduanda em Letras - Uni-FACEF
yasminfreitas1920@icloud.com

Ana Lúcia Furquim Campos –Toscano
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa – Uni-FACEF
anafurquim@yahoo.com

Resumo

A revista *Careta* foi um importante veículo de comunicação da época do governo ditatorial de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (1937-1945), utilizando charges e capas para expressar resistência e críticas a esse regime. Nesse contexto, a imprensa sofreu com rígidas formas de censura, que buscavam controlar a disseminação de informações contrárias ao governo, impedindo a livre circulação de ideias e silenciando vozes dissidentes. No entanto, a *Careta* encontrou nas charges e nas capas um meio de contornar essa repressão, utilizando-se de charges para fazer críticas ao governo e à centralização autoritária do poder. As publicações revelavam as tensões políticas e sociais da época, expondo, por meio de caricaturas, os excessos do regime e as contradições das políticas de Vargas, especialmente no que se refere ao controle sobre as liberdades democráticas e à manipulação ideológica da população. O objetivo desta pesquisa, portanto, é examinar as ideologias e críticas presentes nas charges e capas da Revista *Careta* publicadas no período do Estado Novo. A problematização desta pesquisa é compreender como é a construção discursiva das charges e/ou capas da revista *Careta*, ou seja, seu modo de dizer que caracteriza o funcionamento textual e discursivo desses enunciados, assim como as ideologias e críticas veiculadas. Utiliza-se, como referencial teórico-metodológico os postulados do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre gêneros do discurso, dialogismo e ideologia, assim como de seus comentadores, entre eles Brait (2016), Fiorin (2020) e Faraco (2009). Analisamos as charges e capas da revista *Careta* por meio do cotejo com outros enunciados que revelam valorações complementares e/ou conflitantes. Também foram realizadas pesquisas na área de História sobre o governo de Getúlio Vargas, no período de 1937 a 1945 (Estado Novo) a partir dos estudos de Napolitano (2016). Assim, a pesquisa é de natureza qualitativa e se baseia na Análise Dialógica do Discurso. Entendemos que a pesquisa contribui significativamente para a compreensão das charges e capas como instrumentos de crítica política e social durante o Estado Novo. Revela-se, nesse contexto, como esses enunciados foram usados para expressar resistência ao regime, oferecendo uma visão das formas de comunicação e expressão na imprensa da época. Além disso, o estudo proporciona base para futuras análises críticas de discursos políticos e ideológicos, enriquecendo o conhecimento sobre a dinâmica da imprensa e do discurso durante períodos de censura e controle político.

Palavras-chave: Estado Novo; Getúlio Vargas; ideologia; dialogismo; cotejamento.

Submissão: 30/10/2024

Aprovação: 12/11/2024.

1 Introdução

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), o Brasil viveu sob um regime autoritário liderado por Getúlio Vargas, marcado pela centralização do poder, repressão política e controle rigoroso sobre os meios de comunicação. Nesse contexto, a censura foi amplamente utilizada para controlar as informações veiculadas na imprensa, silenciando vozes dissidentes e limitando a circulação de ideias contrárias ao governo. No entanto, em meio a essas restrições, veículos de comunicação buscaram formas de expressar críticas e debater as tensões políticas e sociais da época, muitas vezes, recorrendo a linguagens simbólicas e indiretas para contornar a censura.

A revista *Careta*, publicada entre 1908 e 1960, desempenhou um papel relevante no cenário da imprensa brasileira, especialmente no período do Estado Novo. Caracterizada por sua abordagem crítica e satírica, *Careta* foi um veículo importante de expressão política e social, destacando-se pela sua capacidade de articular ideologias e axiologias em um contexto de censura e controle governamental. Durante esse regime, marcado pela centralização do poder e pela restrição das liberdades democráticas, a imprensa enfrentou severas limitações quanto à liberdade de expressão.

Nesse cenário, as charges e capas da Revista *Careta* assumiram um papel de resistência simbólica, veiculando mensagens críticas e irônicas, muitas vezes, disfarçadas sob o manto do humor, e expondo as contradições políticas e sociais da época. A relevância da revista reside tanto na sua capacidade de contornar a censura quanto no seu impacto sobre o imaginário popular, utilizando-se das linguagens verbal e visual e para questionar o governo e suas políticas. Dessa forma, *Careta* se consolidou como um espaço por meio do qual as tensões entre poder e crítica se manifestavam, proporcionando uma leitura multifacetada do período e evidenciando as disputas ideológicas que permeavam a sociedade brasileira naquele momento.

Com base nisso, este trabalho tem como foco a análise de charges e capas publicadas na revista *Careta* durante o Estado Novo (1937-1945). O objetivo geral é investigar as ideologias e críticas veiculadas nesses enunciados, a fim de verificar como esses discursos, repletos de ironia e de recursos verbo-visuais, contribuíram para o embate ideológico e social do regime varguista. Como objetivos específicos, elencamos: estudar o contexto histórico e social em que os enunciados foram publicados; investigar as políticas e ideologias do governo de Getúlio Vargas; apresentar a revista *Careta* como um veículo de comunicação relevante na época; explorar as características dos gêneros charge e capas de revistas; examinar o uso da ironia nesses discursos; refletir sobre a concepção de gêneros do discurso; e realizar um cotejamento com outros enunciados, revelando, dessa maneira, valorações e discursos que confirmam, complementam ou confrontam as charges e capas da revista *Careta*.

Nesse sentido, a problematização deste estudo busca compreender como é a construção discursiva das charges e/ou capas da revista *Careta*, ou seja, seu modo de dizer que caracteriza o funcionamento textual e discursivo desses enunciados, assim como as ideologias e críticas veiculadas. As questões norteadoras incluem: Quais

recursos verbo-visuais são utilizados? Quais críticas são feitas por esse periódico? Quais ideologias são transmitidas? A ironia é utilizada como ferramenta de embate ideológico e social com o governo de Vargas? Quais são as contrapalavras das charges e capas da revista?

Para tanto, o referencial teórico-metodológico baseia-se na Análise Dialógica do Discurso conforme os postulados do Círculo de Mikhail Bakhtin, abordando conceitos como gêneros do discurso, dialogismo e ideologia, assim como de seus comentadores, entre eles, Brait (2016), Fiorin (2020) e Faraco (2009). Para complementar a análise, foram realizados cotejamentos com outros enunciados que dialogam com as charges e capas da *Careta*. A pesquisa também envolve um estudo acerca do contexto histórico do Estado Novo e do governo de Getúlio Vargas a partir dos estudos de Napolitano (2016).

Este trabalho está estruturado em seis partes. Na primeira, é apresentada a introdução ao tema e ao escopo da pesquisa a fim de orientar o leitor sobre a constituição desta pesquisa.

A segunda explora os estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin, abordando os conceitos de gêneros do discurso, esferas de atividades humanas, dialogismo e ideologia.

Em seguida, o cotejo é discutido como uma metodologia para a compreensão dos enunciados, ressaltando como a comparação entre textos amplia e enriquece a análise discursiva.

A quarta parte investiga a figura de Getúlio Vargas, questionando sua imagem de ditador ou “pai dos pobres” e analisando o contexto sócio-histórico do Estado Novo.

Por último realiza-se a análise detalhada dos gêneros charge e capas da revista *Careta*, focando nas críticas e ideologias veiculadas nesses enunciados.

2 Os estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin

Nesta parte, discorreremos acerca das reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin composto por estudiosos de formações diversas como o próprio Bakhtin, V. N. Voloshinov, P. Medvedev, I. Kanaev, M. Kagan, L. Pumpianskii, M. Yudina, K. Vaguinov, I. Sollertinski e B. Zubakin. Juntos, desenvolveram uma visão nova de linguagem, desafiando as abordagens estruturalistas que predominavam na época.

No centro dos estudos do Círculo de Bakhtin está a noção de que a linguagem é intrinsecamente dialógica. Isso significa que cada enunciado é uma resposta a enunciados anteriores e, simultaneamente, uma antecipação de futuras respostas. Essa ideia contrasta com a visão monológica da linguagem, cujo significado é considerado fixo e independente do contexto interativo. Para o Círculo, o significado de um enunciado só pode ser compreendido plenamente quando se considera a cadeia de enunciados à qual ele pertence. Assim, a linguagem é vista como um processo vivo e dinâmico, em constante evolução por meio da interação entre os falantes e seus contextos sociais.

Este capítulo se dedica a explorar a análise dialógica discursiva proposta pelo Círculo de Bakhtin sobre os gêneros e como estes se relacionam com as esferas das atividades humanas. Portanto, compreender os gêneros do discurso e a natureza do enunciado é fundamental para avançar além das visões estruturalistas sobre a língua, proporcionando, dessa forma, reflexões importantes sobre o funcionamento

textual e discursivo dos enunciados.

1.1 Os gêneros do discurso e as esferas de atividades

A análise de Bakhtin sobre os gêneros do discurso é essencial para compreender a dinâmica da comunicação verbal. Sua conceituação acerca desses gêneros, a distinção entre gêneros primários e secundários, juntamente com sua ênfase na natureza dialógica, oferece uma perspectiva rica e multifacetada dos estudos linguísticos.

De acordo com Bakhtin, a língua é empregada na forma de enunciados concretos – orais e escritos – proferidos pelos integrantes das esferas das atividades humanas, os quais refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo, levando em consideração seu conteúdo temático, a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, isto é, o estilo, e sua construção composicional. Esses elementos estão indissoluvelmente relacionados com as especificidades de determinado campo de atividade humana, sendo esses enunciados denominados como gêneros do discurso.

Há uma riqueza e diversidade de gêneros do discurso, pois as possibilidades das práxis humanas são demasiadamente abundantes, sendo que, em cada campo dessas atividades um repertório de gêneros do discurso é elaborado. Em cada área de atuação, são desenvolvidos diferentes gêneros que evoluem e se diversificam à medida que o campo de expande e se torna mais complexo.

Nesse sentido, o Círculo compreende que a diversidade dos gêneros do discurso é tão vasta que não existe um único método de estudo que abranja todos eles, devido à grande heterogeneidade, desde diálogos simples do dia a dia até obras literárias complexas.

Historicamente, os estudos acerca dos gêneros do discurso se concentravam principalmente nos gêneros literários, em que eram analisadas as características artísticas e literárias específicas, em vez de considerá-los como tipos de enunciados distintos, mas com uma natureza verbal comum. Assim, era dada pouca atenção à questão geral do enunciado. Ao longo do tempo, os gêneros retóricos foram muito estudados, cujo foco era pautado na natureza verbal destes como enunciados, considerando aspectos como a relação com o ouvinte e a influência deste sobre o enunciado.

Bakhtin divide os gêneros em primários e secundários. Os primários referem-se à vida cotidiana, sendo, em sua maior parte, orais, pertencentes à comunicação verbal espontânea e são, portanto, contextualizados. Os exemplos podem incluir piadas, bate-papos, conversas telefônicas, dentre outros. Por outro lado, os gêneros secundários são predominantemente escritos e pertencem a uma esfera cultural mais elaborada, como a jurídica, a religiosa e a política. São, por exemplo, os sermões, os editoriais, os romances, artigos científicos, etc. O estudioso, ainda evidencia que

jamais se deve minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros discursivos e a dificuldade daí advinda de definir a natureza geral do enunciado. Aqui é de especial importância atentar para a diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos) - não se trata de uma diferença funcional (Bakhtin, 2006, p.15).

Durante seu desenvolvimento, esses gêneros secundários incorporam e reconfiguram diversos gêneros primários, que surgem em situações de comunicação discursiva imediata. Quando esses gêneros simples, muitas vezes são integrados aos complexos, sofrendo transformações adquirindo características especiais. Nesse sentido, perdem a conexão direta com a realidade concreta e os enunciados reais externos, como, por exemplo a réplica de um diálogo cotidiano ou uma carta em um romance mantém sua forma e significado originais apenas no contexto romanesco, sendo integrados à realidade concreta como parte do romance, como um evento artístico-literário, e não da vida cotidiana.

A diferença entre os gêneros primários e secundários é essencial, sendo significativa até para definir a natureza mais profunda do enunciado, abrangendo seus aspectos mais relevantes. Isso revela que a falta de compreensão da natureza do enunciado e a negligência em relação às características e diversidades dos gêneros do discurso resultam em formalismo e abstração excessiva, o que enfraquece as relações da linguagem com a vida, pois como afirma Bakhtin (2006, p. 17), “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”.

Mediante ao exposto, entender acerca da natureza do enunciado e dos gêneros do discurso é fundamental para avançarmos além das visões simplistas sobre o discurso. Adicionalmente, investigar o enunciado como a unidade efetiva da comunicação discursiva possibilitará uma compreensão mais precisa acerca da natureza das unidades da língua, como as palavras e as orações.

Bakhtin ainda enfatiza em seus estudos sobre os gêneros do discurso sobre a relevância do destinatário na comunicação discursiva, destacando que

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa-se simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (Bakhtin, 2006, p. 25).

Toda compreensão plena e real é ativamente responsiva, isto é, o que foi ouvido e entendido (de maneira efetiva) será refletido nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte. Assim, toda compreensão é passível de resposta, mesmo que esta tenha acontecido de maneira passiva, cuja compreensão do significado do discurso é apenas um momento abstrato da compreensão. Portanto, o próprio falante não espera uma atitude passiva de seu ouvinte, uma vez que está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva – a qual exigirá uma resposta, uma concordância, uma participação ou, até mesmo, uma refutação.

A concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano também engloba as noções de enunciado concreto e enunciação, uma vez que a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social, além de exigir essa atitude ativamente responsiva do outro. Isso significa que a linguagem não é apenas um sistema de signos para comunicação, mas também um espaço onde se cruzam vozes, valores e visões de mundo, ou seja, é o que se denomina ideologia. A noção de enunciado, nesse sentido, é central, pois cada um deles reflete uma posição específica no mundo, carregada de intenções e significados ideológicos.

Nessa perspectiva, Bakhtin, assim como outros pensadores do Círculo, defende uma abordagem discursiva da linguagem, em que a enunciação não é apenas o ato de emitir um enunciado, mas um evento comunicativo completo, isto é, que não envolve apenas as palavras, mas também os interlocutores e o contexto. Brait (2016, p. 67), na perspectiva das reflexões bakhtinianas, afirma que

[...] a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra no enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Consequentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida. [...] A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados desse contexto, perdem quase toda a sua significação [...]

Como é possível verificar, o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos, sendo que o discurso é um fenômeno vivo e que se manifesta na interação entre os falantes. Os enunciados não são meras construções linguísticas, mas são carregados de significados e intenções, delimitados pela troca entre os interlocutores. Nesse sentido, os enunciados não são definidos apenas por sua forma linguística, mas também pela função comunicativa, marcada pela alternância dos sujeitos do discurso. Essa alternância estabelece os “limites” (Bahktin, 2006) precisos de cada enunciado, que começa com a voz de um e termina com a resposta do outro, seja ela verbal ou uma ação baseada na compreensão.

Portanto, entende-se que o fim de um enunciado é o início do próximo, estabelecendo, assim, um diálogo. É nesse intercâmbio que o discurso revela a sua natureza: uma unidade real da comunicação, a qual é moldada pela dinâmica social e pelo entendimento dos sujeitos.

1.2 Dialogismo

Sabemos que, nos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin, a concepção de diálogo é primordial para as reflexões sobre linguagem. Por essa perspectiva, levando em consideração a cadeia entre os discursos, o dialogismo demonstra que um enunciado sempre está em relação a outro enunciado que foi anterior ao seu, assim como afirma Fiorin (2020, p. 22): “o enunciadador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio”. Dessa maneira, aquele que enuncia não leva em conta apenas o seu dizer, mas o dizer de outras pessoas que enunciam anteriormente.

Mesmo que um discurso esteja intrinsecamente ligado ao outro que o antecede, isso não anula a unicidade do discurso e do evento o qual está inserido. De acordo com Fiorin (2020), todo enunciado é baseado na unicidade do ser e do evento, o que faz com que, mesmo que embebido de outros discursos anteriores ao seu, o enunciado não pode ser repetido com o mesmo tom, pois o intuito discursivo e o ato de enunciar são pertencentes ao momento em que o enunciadador está inserido. Isso envolve, diretamente, a capacidade do enunciatário de responder ativamente ao

enunciado, criando, assim, uma cadeia discursiva infindável.

Visando a cadeia discursiva como um todo, pode-se observar que a construção desses enunciados depende da sua perspectiva de análise; de acordo com Bakhtin (2016), a gramática e a estilística convergem e divergem em fenômenos concretos de linguagem, dessa forma, se examinamos apenas no sistema da língua, é um fenômeno gramatical; se examinamos pela perspectiva de um enunciado individual, é um fenômeno estilístico. Esses dois fatos devem estar ligados; não substituem um ao outro, combinando-se organicamente. Assim, de acordo com os estudos de Fiorin (2020) na perspectiva bakhtiniana, as unidades da língua são neutras porque não possuem tom emotivo e nem mesmo uma autoria, estando à disposição de todos os falantes sem estar inserida propriamente em um discurso. Já os enunciados carregam emoções, relacionando-se diretamente com seu contexto sócio-histórico-cultural, tendo, portanto, sentido dialógico. Os sujeitos da comunicação podem ser ou não de contextos, gêneros ou idades diferentes, e podem concordar ou discordar entre si.

De acordo com Fiorin (2020), não se trata da dimensão de um enunciado que o diferencia da unidade da língua, mas sim a possibilidade da réplica deste, pois se existe a possibilidade de resposta, é porque esse enunciado faz parte de uma cadeia de discursos que foram antecedentes ao seu. Marchezan (2006) afirma que dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência entre ambos, ou seja, o enunciador e o enunciatário podem concordar, discordar, acrescentar e refutar o discurso, como atitude responsiva; isso faz com que o enunciado sempre esteja inserido em uma esfera de comunicação específica, dado as exigências de cada uma delas.

O enunciador sempre se preocupa para quem o discurso é direcionado e, como já mencionamos, está intrinsecamente ligado a ele por meio do contexto do enunciado produzido. Por meio da palavra, de acordo com os estudos de Bakhtin e Volochinov (2006), estabelece-se uma ponte entre o enunciador e os outros envolvidos no ato da comunicação; se fossem duas extremidades, uma estaria por conta do locutor do enunciado, e outra por conta do destinatário. Nessa perspectiva, retoma-se a ideia de Marchezan (2006, p. 116) acerca do diálogo, no que se refere à atitude responsiva: "Cada réplica, por mais breve e fragmentária que seja, possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor".

A partir dos estudos do Círculo, Fiorin (2020) divide o dialogismo em três conceitos. O primeiro conceito diz respeito ao modo de funcionamento real da linguagem, o que remonta a seu princípio constitutivo. Um enunciado, mediante a essa noção da linguagem, é sempre heterogêneo, pois revela duas posições, a do enunciador e a do enunciatário. Dessa maneira, o primeiro conceito retoma a ideia da constituição do discurso, que sempre se faz a partir de outros.

O segundo faz relação com a incorporação de vozes de outras pessoas dentro de um enunciado. Nesse sentido, o dialogismo é uma forma composicional, que pode ser percebida de maneira demarcada e de maneira não demarcada¹. O discurso alheio que é demarcado é abertamente citado no enunciado, de maneira que pode ser um discurso direto, indireto, exposto por meio das aspas, e até mesmo por meio da negação. Em todos esses casos, o discurso é mostrado no discurso por meio de recursos linguísticos. Já o discurso alheio não demarcado é aquele que não é facilmente percebido por outras pessoas, estando, dessa maneira, implícito - sendo chamado, também, de bivocal. Esse tipo de discurso pode ser feito por meio de

polêmicas, paródias ou até mesmo pela estilização, que leva em consideração a noção de estilo, ou seja, “o conjunto de procedimentos de acabamento de um enunciado” (Fiorin, 2020, p. 51).

O terceiro e último conceito de dialogismo proposto por Fiorin (2020) é aquele que fundamenta a constituição de um indivíduo em relação ao outro. O sujeito, dessa maneira, é constitutivamente dialógico, pois é formado por outros discursos que foram constituídos anteriormente, e está em constante “vir a ser”, pois estando sempre em relação ao outro, o conteúdo discursivo sempre se altera. Desse modo, o dialogismo, mediante a perspectiva de Bakhtin, depende da participação dos dois sujeitos da enunciação, o enunciador e o enunciatário, destacando-se, portanto, o dialogismo constitutivo¹.

Diante da comunicação real, Marchezan (2006) afirma que as relações dialógicas estão concentradas nos diálogos reais da linguagem. Diante da atitude responsiva do enunciatário, que pode concordar, discordar ou completar um enunciado, converge com o discurso do outro, fazendo com que um novo discurso seja criado a partir disso, e outros após esse. Dessa maneira, independentemente da organização de um enunciado, sempre implica uma atitude responsiva do enunciatário. De acordo com Bakhtin (2016, p. 25):

Toda compreensão da fala viva, de um enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante.

Quando o ouvinte se torna o locutor, o contexto do falante é projetado no discurso, existindo a projeção de sua realidade em sua enunciação. Essa comunicação pode ser observada nos diálogos comuns da sociedade, fazendo parte do que Bakhtin (2016) denominou de “gêneros primários”, que são aqueles que possuem o cerne da comunicação humana. Diante desse tipo de enunciação, podemos verificar o tom emotivo-valorativo, também presente nos gêneros secundários, que faz com que o enunciado se diferencie das unidades da língua e faça parte de um discurso.

Quando o enunciador emite seu enunciado, naturalmente se posiciona em relação a um outro discurso, fazendo com que, em meio a sua constituição discursiva, coloque-se ideologicamente a respeito do enunciado que foi anterior ao seu. E é desse meio, de acordo com Fiorin (2020), que o discurso se mantém em uma posição de constante “vir a ser”, renovando-se a cada enunciado que o pressupõe, formando uma cadeia infindável de discursos.

1.3 Ideologia

De acordo com Bakhtin e Volochinov (2006, p. 8), “todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua”. Dessa maneira, entende-se que a língua está demarcada pela evolução social, e qualquer discurso carrega marcas do contexto em que está inserido, refletindo as variações sociais desse plano. Estando ligada ao contexto evolutivo do ser humano, a palavra torna-se o signo ideológico visto que

¹ É importante ressaltar que o Círculo não utiliza essa denominação.

carrega variações sociais existentes no discurso.

A definição de ideologia, por meio dos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin, ocorre da relação entre a ideologia oficial e a ideologia do cotidiano, sendo interligadas por meio da dialética. De acordo com Miotello (2012), a ideologia oficial é estrutura e conteúdo, sendo relativamente estável, e a ideologia do cotidiano é acontecimento, sendo relativamente instável. Ambas, por sua vez, formam o contexto ideológico completo e único, não perdendo de vista o processo global de produção e de reprodução social. Miotello (2012, p. 169), dessa forma, cita Volochinov, um dos estudiosos do Círculo de Bakhtin, para fundamentar a concepção de ideologia: “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas” (Volochinov *apud* Miotello, 2012, p. 169).

Entendemos, portanto, que a ideologia é um conjunto de signos, como ressalta Miotello (2012) em relação à concepção do Círculo sobre a ideologia. De acordo com o estudioso, todo signo inserido no plano sócio-histórico e no plano físico-material, recebe ainda um “ponto de vista” do enunciador de um discurso, porque representa a realidade valorativa, revelando um posicionamento sobre o fato e coincidindo com o domínio ideológico. Dessa forma, todo signo é ideológico, constituindo-se mediante a esfera de comunicação humana em que está inserido.

Dessa forma, conforme Bakhtin e Volochinov (2006, p. 29), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”, estabelecendo que tudo que é ideológico se torna um signo, e sem os signos, não existe ideologia. Sobre isso, entende-se que o instrumento ou objeto presente em alguma realidade, quando aliado ao contexto, torna-se ideológico devido ao valor que carrega consigo. Assim sendo, cada signo ideológico reflete a realidade, ao mesmo tempo que pertence a ela, refratando-a.

Sob essa visão, como já mencionamos, Bakhtin e Volochinov (2006) afirmam que todo signo é ideológico, assim como a palavra em sua excelência, pois registra as menores variações de uma relação social, não valendo apenas para os sistemas ideológicos constituídos. Ainda nessa perspectiva, conclui-se que a língua e a palavra são instrumentos que transmitem a ideologia, assim como qualquer produto – ou instrumento, que pode ser convertido em signo ideológico, como exemplifica: “é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico” (Bakhtin; Volochinov, 2006, p. 30).

De acordo com Faraco (2009), por vezes, o adjetivo “ideologia” toma como equivalente a axiológico - pois, na perspectiva do Círculo, todo enunciado carrega um valor avaliativo, expressando, sempre, uma posição social valorativa. Assim, todo enunciado é ideológico, não existindo um enunciado que não possua ideologia. Destaca-se, também, a questão da materialidade: o produto da criação ideológica não pode ser estudado separadamente das atividades humanas, de suas atividades e realidades práticas.

De acordo com Bakhtin e Volochinov (2006), para compreender um signo, deve ser levado em consideração os signos que foram anteriores a essa compreensão, que pode ser entendido como o “discurso anterior”. Dessa maneira, a compreensão de um signo “é uma resposta a um signo por meio de outros signos” (Bakhtin; Volochinov, 2006, p. 32), de modo que essa cadeia não se quebre em nenhum momento, movendo-se de elo em elo, e sabendo que a consciência individual está repleta de signos, eles só emergem de fato no processo de interação entre uma consciência individual e outra

consciência individual.

Faraco (2009, p. 49) também afirma que “como a significação dos signos envolve sempre uma dimensão axiológica, nossa relação com o mundo é sempre atravessada por valores”. Dessa maneira, destaca-se a presença da ideologia nos enunciados associado ao fato de que todos os enunciados são embebidos de outros discursos que o antecederam, como fundamentado na seção sobre o diálogo e o dialogismo. Estando intrinsecamente interligados, o enunciado e a ideologia não podem ser estudados separadamente, pois, para ser um enunciado, deve possuir uma posição emotivo-valorativa em relação ao discurso (Fiorin, 2020).

Partindo dessa ideia de posição emotivo-valorativa, como já citado anteriormente, “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (Bakhtin; Volochinov. 2006, p. 24). Nessa perspectiva, quando se situa a ideologia na consciência do indivíduo, espera-se que a realidade de seu contexto esteja intrinsecamente ligada aos signos ideológicos presentes no enunciado, fazendo com que a consciência individual seja explicada a partir do meio ideológico e social. Sobre isso, Bakhtin e Volochinov (2006) afirmam que o signo cultural, quando compreendido e entendido como elemento dotado de sentido, não permanece isolado, torna-se uma parte de uma unidade da consciência verbalmente constituída, e isso forma os signos ideológicos.

Para Bakhtin e Volochinov (2006), como já mencionado, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, sendo absorvida por sua função de signo em questão, e é na palavra que se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica. Entretanto, a palavra é também um signo neutro.

Para diferenciar a palavra do signo, o círculo entende que o signo possui um material ideológico próprio mediante ao seu domínio, que formula símbolos específicos para aquela esfera e não podem ser aplicáveis a outros domínios. Já a palavra é neutra em qualquer função ideológica, preenchendo qualquer domínio. Portanto, a palavra também pode ser considerada o primeiro meio da consciência individual, podendo funcionar como material semiótico da vida interior, ou seja, o discurso interior.

De acordo com Faraco (2009), ideologia é o nome que o Círculo costuma dar para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, todas as manifestações que são consideradas superestruturas. Dessa maneira, a ideologia acompanha os modos de pensar e as visões de mundo que fazem parte dos componentes ideológicos de uma sociedade. Sabendo disso, o enunciado, que é produzido no interior de alguma esfera de atividade humana, sempre é carregado pelo contexto do falante, já que, como citado anteriormente, não existe enunciado neutro.

Dessa maneira, de acordo com Faraco (2009), na esteira dos estudos bakhtinianos, os signos refletem e refratam o mundo, sendo a refração uma parte intrínseca do signo, pois o significado de um signo não está unicamente nele, mas sim no contexto vivenciado e na visão dos falantes, que possuem valores, condições, interesses e um posicionamento. Diante disso, destaca-se a existência das forças centrífugas e centrípetas, que, de acordo com Fiorin (2020), atuam em um sentido de uma centralização enunciativa do plurilinguismo da realidade. Nessa perspectiva, Fiorin (2020) determina que as vozes são assimiladas de diferentes maneiras, por meio de sua autoridade; se as vozes são impermeáveis, resistentes a impregnar-se de outras vozes, são centrípetas. Se as vozes são permeáveis à impregnação de outras vozes e

à hibridização, são centrífugas, pois se abrem incessantemente à mudança.

Portanto, partindo do pressuposto de que o sujeito possui uma visão de mundo e essa visão reflete diretamente no enunciado, existem várias semânticas sobre o mesmo signo, dada as diferentes vozes sociais que participam desse processo de significação. Dessa maneira, um enunciado que já provoca naturalmente a atitude responsiva no ouvinte, não só permite essa resposta, mas as provoca continuamente, de maneira diversa.

2 O cotejo como metodologia

O significado dicionarizado da palavra “cotejo” refere-se à comparação feita entre duas coisas, a fim de buscar suas semelhanças ou, até mesmo, suas diferenças. Não obstante, essa comparação entre uma coisa e outra não é suficiente para denominar a dimensão do cotejamento. Para compreender o potencial desse termo, Bakhtin, em sua obra *Estética da criação verbal* (1997, p.404), argumenta que “toda palavra (todo signo) de um texto conduz para fora dos limites desse texto. A compreensão é o cotejo de um texto com os outros textos. O comentário. Dialogicidade deste cotejo”².

Diante disso, a compreensão é estabelecida por meio do cotejamento com outros textos e da constituição de um novo contexto – sendo com base no contexto do ouvinte, no contemporâneo ou no futuro. Os contextos “presumidos do futuro” trazem a sensação de movimento, isto é, de que um novo passo está sendo dado. Assim, evidencia-se que a compreensão dos enunciados aumentará à medida que os contextos forem expandidos.

A interpretação que construímos resulta da “ampliação” do contexto, o que permitirá que surjam mais vozes do que aquelas que estão destacadas e evidentes na superfície discursiva. Essas vozes não podem ser entendidas apenas como a fonte do discurso, mas também como precursora do diálogo entre diferentes textos e outras vozes. A esse respeito, Geraldi (2012, p.29) salienta que “o múltiplo se faz necessário à compreensão do enunciado, em si único e irrepetível. A unicidade se deixa penetrar pela multiplicidade. Cotejar textos é a única forma de desvendar os sentidos”.

Assim sendo, o cotejo é o processo em que se consideram as múltiplas vozes e os contextos da comunicação, o que revela como a linguagem é adaptável, dinâmica e viva, especialmente quando posta em relação com o outro. Conforme as palavras de Bakhtin (1997, p.326):

É sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona todos os recursos linguísticos de que necessita. Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu carácter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro.

Nesse sentido, uma compreensão que busca abranger todos os aspectos do estilo deve examinar integralmente o enunciado e compreendê-lo dentro do

² Como se tratam de apontamentos, o texto é fragmentado, como se pode observar na citação.

contexto da comunicação verbal. Ainda, deve-se considerar que o enunciado é apenas um “elo” inalienável nessa cadeia, o que é compreendido como “cotejo”.

O sujeito autor pode manipular as possibilidades que a língua oferece para construir seu enunciado, utilizando uma expressividade – um querer dizer – que responderá ao seu destinatário. Logo, a compreensão ativo-dialógica envolve não se submeter e aceitar puramente a palavra do outro, mas sim manter certo distanciamento para dar espaço às contrapalavras. Nesse processo, entra o comentário, o juízo de valor e conceitos aplicáveis a outros contextos.

Fornecer contexto a um texto envolve relacioná-lo com outros textos. É evidente que o contexto possibilita identificar com quem o texto discorda, concorda, polemiza e quais vozes estão presentes, mesmo que não tenham sido explicitamente mencionadas.

Miotello (2017) argumenta que o cotejamento não é estabelecido apenas quando se coloca um texto ao lado do outro, pois são apenas portadores de possibilidades – portanto, não falam por si mesmos. Eles possibilitam “projetos de dizer” de dois falantes que estão frente a frente, envolvidos na enunciação. Ainda, cotejar não é ecoar as palavras dos outros, mas é não se deixar dominar pela palavra alheia. É necessário que o sujeito falante diga a sua própria palavra, fazendo uma afirmação responsável – uma vez que a escuta cobra que se oponha palavras próprias às palavras dos outros, estabelecendo, assim, o cotejamento.

Nessa perspectiva, é preciso haver dois projetos de dizer que se realizam em um único momento, numa unidade irrepartível. Levando em consideração que a palavra vai sempre em direção ao outro, observa-se que cotejar é produzir uma unidade de “duas vidas” diferentes. Assim, o sentido é construído com base na afirmação responsável, vem do encontro das palavras e, conseqüentemente, de vidas.

Cotejar se dá nesse meio, entre duas existências que não são indiferentes, mesmo diferentes. E ainda bem que diferentes. A diferença é necessária. “A diferença identifica”. A indiferença é seu mal. A unidade que se dá no ato responsável é criador de vida. Viva o Cotejo! Vida o Encontro! Viva a Vida! (Miotello, 2017, p.97).

A linguagem, que é de ordem discursiva, é constituída não pelos “recortes” dos discursos, mas pelo enunciado completo, a fim de cotejá-lo com outros enunciados. Com isso, mais vozes emergirão para que haja um adentramento mais profundo no discurso, sem silenciar a voz que fala em benefício do que já foi dito.

O sentido está intimamente ligado a essa questão. Geraldi (2012), na perspectiva de Bakhtin, discorre que a interpretação dos sentidos ocorre de maneira isomórfica por meio de outros sentidos expressos simbolicamente. Diante disso, o interpretante não é o sujeito que interpreta, mas um signo utilizado para interpretar outro signo. Isso cria uma cadeia semiótica cujo objetivo é determinado pelos interesses do processo interpretativo. O comentário desempenha um papel relevante na construção dos sentidos, uma vez que sua interpretação pode conter juízos de valor e uma entonação avaliativa – que não é neutra e vazia de ideologia.

Contextualizar um texto, como já mencionado, envolve cotejá-lo com outros textos, recuperando parcialmente a cadeia de enunciados aos quais ele responde ou se contrapõe. Ao realizar esse cotejamento, conceitos são elaborados e ideias de estudos anteriores são reutilizadas. Como resultado, surge uma “tese”, um ponto de vista argumentado que sustenta a interpretação construída. No entanto, essa

tese não possui valor absoluto. “Interpretar é construir um sentido para um discurso, para um texto, e a validade desta interpretação se mede por sua profundidade e pela consistência e coerência de seus argumentos” (Geraldi, 2012, p. 33).

Em suma, o cotejo de textos visa à construção de uma compreensão profunda, que se esforça para captar o texto como o próprio autor o entendeu, mas também vai além dessa percepção inicial. A verdadeira compreensão deve ser ativa e criativa, completando o texto e continuando seu processo de criação. Dessa forma, a compreensão criadora não apenas enriquece a interpretação individual, mas também multiplica a riqueza artística da humanidade, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da cultura e do conhecimento.

3 Getúlio Vargas: ditador ou “pai dos pobres”?

Em 1930, o Brasil foi marcado pela ascensão de um novo período político, que se costuma chamar de Segunda República. Este período durou quinze anos e caracterizou-se pelo domínio de Getúlio Vargas – que conseguiu impor o poder central às oligarquias regionais, de um quadro diferente do que caracterizara a República Velha³.

A Segunda República pode ser dividida em três fases. Durante a primeira, que foi de 1930 até 1934, Getúlio Vargas, que chegara ao poder liderando a Revolução de outubro de 1930, manteve-se como chefe do Governo Provisório. A segunda fase durou de 1934 a 1937, período em que o país esteve sob a presidência de Vargas.

O período de 1937 a 1945 foi o terceiro e último da Segunda República – o qual corresponde a Getúlio Vargas como ditador, à frente do regime do “Estado Novo”, que será discorrido posteriormente.

No período de 1930, Vargas subia ao poder, declarando que assumiria provisoriamente o governo da República como delegado da Revolução de 1930, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. A partir das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório, começaram a evidenciar-se as divergências entre as velhas forças oligárquicas regionais e os “tenentes”, que a Revolução elevara ao poder.

O novo sistema tinha como objetivo promover a submissão dos Estados ao governo federal, por meio do decreto de 11 de novembro de 1930, que, além de dissolver a Câmara e o Senado Federal, determinava o fechamento das Assembleias Legislativas estaduais e substituíam grande parte dos então governadores por interventores federais – homens de confiança nomeados por Vargas; a eles caberia exercer nos Estados o Poder Executivo e o Legislativo. Essa medida atingiu as oligarquias estaduais, pois não aceitaram a imposição sem reagir (Napolitano, 2016).

Getúlio Vargas prometera uma nova Constituição para o país, mas prosseguia governando de maneira ditatorial sem Legislativo, durante um período de tempo. A campanha pela constitucionalização do país partiu do Rio Grande do Sul, e recebeu rápida adesão de São Paulo e Minas Gerais. Essa constitucionalização apresentava-se como uma “arma” propícia à luta das forças políticas regionais contra o Governo Provisório.

Nesse contexto, foi no Rio Grande do Sul que o Partido Libertador e o

³ A República Velha caracterizou-se pelo domínio das oligarquias que eram pequenos grupos com poder econômico e político, a maioria associada à agricultura e pecuária.

da revista *Careta*

Partido Republicano uniram-se para reivindicar que o país voltasse à legalidade. Outros partidos também se reuniram com o mesmo objetivo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Assim, o confronto entre o “tenentismo” e as oligarquias estaduais acentuou-se durante o ano de 1931.

Já no ano de 1932, o governo começou a estabelecer mudanças mais significativas: decretou o novo Código Eleitoral, que introduziu o voto secreto e o estendeu às mulheres. Além disso, suspendeu a censura à imprensa, a fim de atender às pressões Estaduais. Tudo isso, descontentava aos tenentes, que procuraram Vargas, pedindo a manutenção do Governo Provisório. O embate entre as oligarquias e os tenentes desencadeou uma série de revoltas em São Paulo.

Nesse cenário, o contexto econômico brasileiro era conturbado, uma vez que a crise de 1929 evidenciou, ainda mais, a dependência da economia do país, em relação aos produtos agrícolas de exportação. Vargas chegou a recorrer à queima de café estocado, para que não entrassem no mercado e forçassem uma queda ainda maior dos preços. Contudo, o governo não conseguiu deter o declínio da receita cambial.

Por outro lado, a indústria brasileira não foi amplamente atingida pela depressão de 1929. O fato de terem resistido à crise econômica deve-se ao fato do setor estar mais voltado ao consumo interno, podendo, portanto, aproveitar-se da situação de declínio internacional, conseguindo duplicar o valor de sua produção, até o ano de 1934.

A expansão industrial fez com que aumentassem as pressões no sentido da adoção de leis trabalhistas que atenuassem os conflitos sociais. Em primeiro lugar, criou-se, em dezembro de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No mesmo período foi publicado um decreto que pretendia proteger os trabalhadores nacionais, por meio da restrição da imigração, obrigando os empregadores a exibirem provas de que a maioria da força de trabalho era constituída majoritariamente por brasileiros.

Em março de 1931, houve a criação de outro decreto, cujo propósito era de assegurar o reconhecimento legal aos sindicatos, e o direito a férias, já existente, foi reafirmado por decreto. Além disso, em meados de 1932, o Ministério regulamentou o trabalho da mulher na indústria, disciplinando os contratos trabalhistas e limitando a jornada de trabalho a oito horas diárias.

No ano de 1934, Vargas promulgou uma Constituição de caráter conservador, a qual ressaltava acerca das eleições presidenciais. O texto dispunha que elas seriam diretas, no entanto, para o primeiro quadriênio constitucional, a própria Assembleia elegeria o presidente. Algum tempo depois, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, derrotando outros dois candidatos: Borges de Medeiros e Góis Monteiro. Nesse contexto eleitoral, cabe ressaltar que

Um dos aspectos ideológicos mais curiosos da retórica oficial do regime estado-novista era o constante uso da palavra “democracia” enquanto praticava o autoritarismo e usava e abusava de censura, da vigilância policial e das instituições burocráticas impositivas e tutelares (Napolitano, 2016, p.127).

Em meio a esses acontecimentos, o movimento Integralista (dentre outros) defendia a necessidade de um regime de força para o país. Esse movimento foi

criado e orientado pelo escritor Plínio Salgado, que fora um antigo político do Partido Republicano Paulista. Em meio disso, foi fundada a Ação Integralista Brasileira, em 1932, expandindo-se rapidamente. Esse agrupamento proclamava-se “nacionalista” e foi precursor da direita no Brasil.

Entre 1933 e 1935, ocorreram conflitos entre os integralistas, de um lado, e os comunistas, os anarquistas e os socialistas (grupos de esquerda), do outro, além de grupos democratas e tenentistas. A direita integralista e as reações das organizações de esquerda serviram como um dos pretextos usados por Vargas na implantação do Estado Novo. Durante esse período, houve diversas revoltas e conflitos entre as diferentes organizações partidárias, o que fomentou ainda mais o contexto de calamidade política.

Nesse quadro, Vargas capitalizava o apoio das oligarquias, agora convencidas da necessidade de um poder central forte, desde que seus interesses fossem garantidos. De 1935 a 1937, o Brasil viveu em estado de emergência, equiparando-se a estado de guerra. Em 1938, deveria terminar o período presidencial de Vargas; duas candidaturas já se articulavam – a de José Américo de Almeida e do paulista Armando de Sales Oliveira.

O pretexto mais imediato para o golpe foi o chamado “Plano Cohen”, um documento forjado por um oficial integralista. Esse plano falso revelava uma hipotética conspiração terrorista dos comunistas para tomarem o poder. Nesse contexto, o clima para o golpe já era propício, tendo em vista que a inquietação geral já estava sendo alimentada há tempos, ocorrendo em 10 de novembro de 1937, a partir do fechamento do Congresso e da adesão de uma nova Constituição, previamente elaborada.

O contexto político do país tornava impossível qualquer manifestação da esquerda. Não apenas os integrantes do Partido Comunista do Brasil e os revoltosos foram presos, mas também intelectuais e políticos acusados de simpatizar com ideias de esquerda foram encarcerados.

3.1 Contexto sócio-histórico do Estado Novo

Em 1937, o Presidente Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas, aplicou um golpe de Estado que iniciou um novo período, conhecido como “Estado Novo”. O clima de agitação e inquietação política ofereceu o quadro ideal para o golpe. Assim, durante oito anos, o Brasil foi governado por um regime autoritário, rejeitando os princípios democrático-liberais. Em seguida, Vargas iniciou a consolidação do regime definido na nova Constituição, elaborada secretamente por Francisco Campos, antes da implementação da nova ordem.

A Constituição de 1937 ficou conhecida como “Polaca” e fortalecia o poder Executivo Federal. Nesse contexto, os Estados praticamente perderam sua autonomia, devendo submeter-se à autoridade de interventores designados pelo poder federal. O presidente, cujo mandato foi ampliado para seis anos, poderia, dessa maneira, promulgar decretos-leis e designar interventores para os Estados sem necessitar da aprovação do Congresso.

Essa Constituição rompeu com o modelo político liberal e possibilitou uma intervenção estatal mais ampla na economia nacional, além de considerar a greve como um recurso antissocial e ilegal e estabelecer a censura prévia na imprensa e pena de morte. Getúlio Vargas previa, nesse documento, a realização de um plebiscito por meio do qual os eleitores manifestariam a aprovação ou recusa, todavia isso nunca foi realizado.

As áreas fundamentais, como as da Educação e trabalho, e de supervisão da produção e exportação do café e do açúcar tiveram a supervisão acentuada durante o Estado Novo. Além disso, os Estados e os Municípios foram enfraquecidos pela abolição das taxas interestaduais de exportação, o que era um tributo importante para essas economias, pois constituíam importantes fontes de renda.

Em meados de 1938, foram criados alguns Departamentos, dentre os quais se destacou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura à imprensa e pela promoção de uma imagem positiva de Vargas. Também foi criado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que era especializado no combate aos delitos políticos. Assim, ao fim do período de Vargas, o país contaria com vários órgãos de participação política e econômica.

No que se refere à economia, o Estado Novo instalou uma participação ainda mais intensa do Estado: o governo tinha poder e condições de diversificar a agricultura, estimular a industrialização e estabelecer uma política econômica mais global e integradora. No entanto, o país ainda enfrentava os reflexos da crise econômica de 1929, mostrando a necessidade de diversificar a estrutura produtiva. Além disso, essa crise provocara a desvalorização da moeda nacional e o declínio das exportações, o que tornava o processo de importação ainda mais complicado. Isso forçou o crescimento da produção interna, a qual se baseou no sistema de “substituição de importações”, fazendo com que houvesse um crescimento da produção industrial e a diminuição das importações.

A industrialização brasileira enfrentava, ainda, o problema da carência de bens de capital, isto é, sem indústrias de base, estaria comprometida e a importação desses bens não era viável devido ao déficit que causaria na balança comercial. Para contornar essa problemática, o Estado Novo inaugurou um novo tipo de intervenção estatal na economia, como investidor do setor de base: a siderurgia, o petróleo, a navegação e as ferrovias. Para tanto, contava com o apoio das Forças Armadas, as quais estavam convencidas de que apenas o desenvolvimento industrial poderia garantir o surgimento de um Estado forte e soberano. A esse respeito, o historiador Napolitano (2016, p.124) afirma que,

[...] O Estado passou a atuar diretamente no campo econômico, visando estimular o desenvolvimento industrial. Como planejadora e reguladora dessas políticas, a burocracia estatal tentava direcionar os recursos humanos e financeiros para determinados setores da economia considerados mais interessantes e estimular a produção agrícola e industrial. O Estado Brasileiro passou a criar empresas estatais para produzir bens industrializados que exigiam mais investimentos, como as do setor de máquinas e siderurgia.

A Segunda Guerra Mundial provocou consequências fundamentais para o aumento da produção industrial brasileira, uma vez que as importações de origem europeia foram extremamente reduzidas, ao passo que as exportações aumentaram – necessárias aos países que estavam diretamente em guerra. Devido a isso, o Brasil conseguiu alcançar um superávit na balança comercial (Napolitano, 2016).

Cabe mencionar uma característica marcante do governo Vargas durante o Estado Novo que foi a política desenvolvida no campo das relações do trabalho. O presidente promulgou uma legislação de previdência social, criando os órgãos de assistência médica, aposentadorias e pensões aos trabalhadores. Com base nessa legislação, Vargas procurou vincular o proletariado urbano à sua política, ao mesmo

tempo em que tentava controlá-lo por meio da implantação de sindicatos.

Quase dois anos após o golpe de 1937, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial. As forças políticas nacionais e a opinião pública apoiavam os aliados na luta contra o nazismo. Quando os japoneses atacaram Pearl Harbour, levando os Estados Unidos à guerra, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com os países do eixo (Alemanha, Itália e Japão). Essa atitude evoluiu, posteriormente, para uma declaração de guerra em virtude dos ataques de submarinos nazistas contra navios brasileiros.

À medida que a guerra evoluía, a atmosfera política brasileira absorvia as influências do pensamento antitotalitário, surgindo os primeiros sinais de oposição à ditadura. Nesse contexto, o governo Vargas enfrentava cada vez mais desafios, uma vez que o momento político apresentava um paradoxo: enquanto soldados aliados brasileiros lutavam contra o nazismo e o fascismo, seu próprio país vivia sob uma ditadura opressiva, cujo apoio era alicerçado em uma Constituição inspirada em princípios fascistas (Napolitano, 2016).

Mediante ao cenário de descontentamento político, Vargas recuou e fixou uma nova data para a realização de eleições: 2 de dezembro de 1945. Ao mesmo tempo, libertou os presos políticos e permitiu a formação de partidos; os mais importantes foram: a União Democrática Nacional (UDN), que reunia os principais adversários de Getúlio Vargas; o Partido Social Democrático (PSD), formado por representantes dos proprietários e da burguesia e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um partido de massas.

Ante ao demasiado descontentamento político e militar, General Góis Monteiro, Ministro da Guerra, o mesmo que ajudou Vargas a implantar a ditadura do Estado Novo, mobilizou o exército contra o então presidente, destituindo-o do poder a 29 de outubro de 1945. Terminando o Estado Novo, as eleições foram realizadas na data prevista anteriormente, tendo como vencedor o General Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD-PTB.

4 Os gêneros charge e capas de revista: uma análise

A revista *Careta* foi um periódico que circulou semanalmente, aos sábados, entre os anos de 1908 e 1960, sendo lançada inicialmente no Rio de Janeiro, que era, à época, a capital federal brasileira. A revista foi criada por Jorge Schmidt, um tipógrafo-editor que privilegiava o conteúdo humorístico e as críticas de costumes. Schmidt também publicou outras revistas, como *Kosmos* (1904-1909) e *Fon-Fon* (1907-1958), destacando-se pela inovação desses projetos editoriais. Entre os principais cartunistas de *Careta* estavam Raul, J. Carlos, Belmonte, Malagutti, Raul Pederneiras, Calixto e Theo.

Dentre as diversas publicações feitas por *Careta*, destacam-se as charges críticas ao governo Vargas, que frequentemente apresentavam um tom humorístico ao abordar as críticas levantadas pelos cartunistas. Para esta análise, entende-se que o estudo das charges não depende apenas do contexto de sua veiculação, mas do "todo de sentido" que é proporcionado, também, pelo funcionamento textual e discursivo desses enunciados.

Para a análise das charges e capas da revista *Careta*, foram selecionadas imagens que se relacionam com o governo Vargas e a postura de Getúlio diante dos acontecimentos que marcaram o período, mantendo o viés humorístico e ideologicamente crítico característico da revista. Conforme os estudos de Silva (2019),

as charges e caricaturas, ao serem inseridas em veículos de comunicação, não apenas refletem, mas também ajudam a moldar a cultura política. Elas contribuem para a formação e difusão de representações e visões de mundo que estabelecem uma relação entre o grupo social e os meios de comunicação.

Com a Revolução de 1930, período em que Vargas subiu ao poder, o Brasil vivia uma instabilidade econômica, agravada pela crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão. Nesse contexto, os veículos de comunicação buscaram informar as massas sobre os eventos que estavam acontecendo. No caso de *Careta*, de acordo com Silva (2019), a revista se tornou um fenômeno histórico, pois seu entendimento não se limita às charges publicadas, mas envolve também o pensamento e a percepção dos cartunistas sobre a realidade. É interessante observar que, embora o objetivo inicial de *Careta* fosse o entretenimento, a opção dos editores de integrar a informação e o debate político à sua construção editorial reflete uma decisão consciente.

Um exemplo dessas ilustrações é a charge publicada em 1931, que pode ser verificada a seguir:

Figura 1 – A Pá de Cal



Fonte: *Careta*, 2024a, online.

A charge "A Pá de Cal", publicada na revista *Careta*, carrega um teor crítico e irônico relacionado ao contexto político conturbado do Brasil após a Revolução de 1930, que resultou na deposição de Washington Luís e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder como chefe do Governo Provisório. Por meio do comentário presente na charge "com a supressão do feriado de 24 de fevereiro, foi enterrada para sempre a Constituição Brasileira. Que a terra lhe seja leve com o Governo Provisório por cima" é revelada a insatisfação com o novo governo e sua postura frente à Constituição de 1891, além de retratar o sentimento de incerteza e frustração de parte da sociedade em relação às mudanças políticas.

As condições de produção em que a charge foi publicada é marcada por

uma transformação profunda no cenário político e social do Brasil. A Revolução de 1930 colocou fim à República Velha (1889-1930), que havia sido dominada pelas oligarquias estaduais, especialmente São Paulo e Minas Gerais, no que ficou conhecido como a "política do café com leite". A crise econômica mundial de 1929 afetou severamente o Brasil, que dependia da exportação de café, gerando uma insatisfação crescente com o governo federal. Esse descontentamento, somado à frustração de políticos e militares excluídos do poder, resultou no movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse de seu sucessor, Júlio Prestes, eleito em 1930.

Com a tomada de poder por Getúlio Vargas, foi instaurado um Governo Provisório, que dissolveu o Congresso Nacional e as assembleias estaduais, marcando uma ruptura com a ordem constitucional vigente desde 1891. Essa suspensão dos mecanismos democráticos, como a Constituição, foi justificada pela necessidade de reformar o Estado e adequá-lo às novas demandas políticas e sociais. No entanto, para muitos, especialmente os defensores do liberalismo e da ordem constitucional da República Velha, essas ações de Vargas representavam uma ameaça à democracia e à estabilidade institucional.

Carlos Lacerda, um dos jornalistas mais opositores de Getúlio Vargas, fez discursos contundentes contra ele, uma vez que o considerava como um símbolo do autoritarismo e de corrupção. O jornalista foi uma das vozes mais ferozes contra o governo e em um discurso famoso, afirmou: "Getúlio não governa para o Brasil, governa para um grupo, uma camarilha que se aproveita da máquina estatal. É um ditador disfarçado de democrata, incapaz de lidar com as liberdades constitucionais. O povo brasileiro exige uma verdadeira democracia, livre do populismo e do atraso que Getúlio representa". Essa fala evidencia a crítica de Lacerda à postura autoritária de Vargas e ao uso do poder para interesses pessoais e de um grupo específico, o que reitera o discurso presente na charge de que Vargas "enterrou" a Constituição para benefício próprio. Nesse sentido, é possível verificar um outro projeto de dizer diferente da posição política de Vargas.

Outro crítico ao posicionamento de Vargas, foi Armando de Sales Oliveira, político e jornalista ligado à elite paulista. Sales Oliveira foi uma figura importante na oposição ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, especialmente por meio da Frente Única Paulista (FUP), que reuniu políticos de São Paulo insatisfeitos com a centralização do poder por Vargas após a Revolução de 1930. Ele criticava a falta de uma Constituição e a ausência de representatividade política durante o Governo Provisório. Foi um dos líderes do Movimento Constitucionalista de 1932, que exigia a convocação de uma Assembleia Constituinte e a restauração de uma ordem democrática no Brasil.

Em seus discursos, argumentava que a centralização de poder nas mãos de Vargas e a dissolução do Congresso eram um desrespeito às liberdades democráticas conquistadas com a Proclamação da República e a Constituição de 1891, de acordo com "O Manifesto dos Paulistas", publicado em 1932, que expressou essas críticas ao regime de Vargas. O documento defendia a convocação de eleições para garantir a volta da ordem constitucional e o fim do governo ditatorial provisório. Durante esse período, declarou: "Sem Constituição, o Brasil está entregue ao arbítrio de homens. Não se constrói uma nação forte sobre o autoritarismo e a centralização do poder. Exigimos a restauração da ordem constitucional como garantia das liberdades e da autonomia dos estados." Esse enunciado resume a visão de Sales Oliveira sobre a necessidade urgente de uma nova Constituição que limitasse o poder central e

restabelecesse as garantias democráticas que ele via como fundamentais para a estabilidade do país.

Em meio a esse cenário, a revista *Careta*, que havia se consolidado como um veículo satírico e crítico, posicionou-se de forma incisiva contra o autoritarismo do novo regime. A charge "A Pá de Cal" reflete esse clima de insatisfação, ecoando os enunciados e as vozes dos opositores que viam na suspensão da Constituição um retrocesso. A crítica presente na charge alude ao enterro da Constituição como um evento definitivo, sugerindo que as promessas de retorno à ordem democrática não seriam cumpridas. Ao contrário, a charge revela um ceticismo em relação às intenções de Vargas e à possibilidade de uma verdadeira transição democrática, algo que se confirmaria mais tarde com a instauração do Estado Novo em 1937, quando Vargas formalizou seu poder de forma autoritária.

Ainda, cabe mencionar que o enunciado da charge é carregado de ironia ao comentar os eventos políticos em torno da supressão do feriado de 24 de fevereiro, data que comemorava a promulgação da Constituição de 1891. O feriado era símbolo da estabilidade democrática alcançada após a Proclamação da República, mas sua eliminação e a dissolução do Congresso Nacional pelo Governo Provisório indicavam um rompimento com esse passado constitucional. Por meio dos recursos verbo-visuais, infere-se que o uso da imagem associada ao enunciado "foi enterrada para sempre a Constituição Brasileira" não é apenas a constatação de um fato, mas sim uma crítica ao caráter permanente e irreversível do ato. A ideia de que a Constituição foi "enterrada para sempre" sugere que não há esperança de "ressurreição" ou recuperação do regime democrático tal como era concebido pela Constituição de 1891.

A ironia se intensifica no enunciado "Que a terra lhe seja leve", uma expressão originada do latim *sit tibi terra levis*, que remete ao desejo de um descanso suave e eterno para os falecidos. Tradicionalmente, essa frase carrega um tom de respeito e conforto, desejando que a pessoa falecida encontre paz. A sequência "com o Governo Provisório por cima" intensifica essa ironia, já que o governo, ao invés de garantir o devido respeito à Constituição, é apresentado como responsável por seu sepultamento. Visualmente, a imagem da lápide e das caricaturas do Governo Provisório enterrando a Constituição Brasileira reflete não apenas uma crítica direta às ações do governo Vargas, mas também refrata a realidade ao oferecer outro olhar, sugerindo que o novo regime não apenas falhou em respeitar a ordem constitucional, como também sepultou as garantias políticas e jurídicas do país.

Dessa maneira, a expressão "que a terra lhe seja leve", tradicionalmente associada a rituais funerários, intensifica o tom irônico. Esse enunciado, normalmente utilizada em um contexto de luto e respeito, aqui soa como uma falsa demonstração de compaixão em relação à Constituição. O tom emotivo-valorativo empregado, no sentido comumente empregado, poderia sugerir que o governo de Vargas estava concedendo um "enterro respeitoso", quando na realidade o processo de aniquilação da Constituição era visto como uma violação grave dos princípios democráticos, construindo, dessa maneira, um discurso que se opõe criticamente aos atos ditatoriais do presidente.

Nesse sentido, a ironia reside justamente na forma com que o autor da charge denuncia a ação do Governo Provisório: ao invés de atacá-lo frontalmente, usa o tom de respeito e luto, como se estivesse lamentando uma perda inevitável, quando, na verdade, está apontando a responsabilidade direta do governo de Vargas no que considera ser o "enterro" da democracia brasileira.

Como todos os enunciados são passíveis de resposta, por meio da atitude ativo-responsiva do ouvinte (Bakhtin, 2016), é notório que a publicação dessa charge responde à suspensão dos direitos constitucionais e à dissolução do Congresso, posicionando-se como defensora de uma ordem constitucional e representativa que havia sido subvertida pelo novo regime. Assim, a ideologia liberal está presente como pano de fundo, refletindo o desconforto de setores da elite política e da imprensa com as mudanças impostas por Vargas e com a ausência de um governo constitucional.

Por fim, é interessante ressaltar que o estilo da charge publicada na *Careta* segue a linha editorial característica da revista, que se notabilizou por misturar humor ácido com um olhar crítico sobre os principais eventos políticos da época, usando a sátira, por meio dos recursos verbo-visuais, para comunicar ideias complexas, combinando elementos gráficos com um texto afiado e provocativo. O elemento central da estrutura composicional é a representação do enterro da Constituição, um símbolo gráfico poderoso e comum em charges da época para expressar a "morte" de instituições ou ideias. Além disso, a imagem de uma cova aberta e com uma lápide, com a Constituição de 1891 sendo sepultada, atua como metáfora "visual" da extinção do antigo regime republicano. Essa representação de um funeral simbólico serve para materializar a crítica à suspensão da Constituição, reforçando a ideia de que o Governo Provisório estava enterrando de forma definitiva a ordem constitucional e democrática que ela representava.

A figura, a seguir, mostra uma capa da Revista *Careta*, de número 1529, que circulou pelo Brasil a partir do dia 09 de outubro 1937 e explora uma teia de signos verbo-visuais que estabelece uma relação de dialogismo com o contexto político da época. Para melhor compreendê-la, é necessário fazer o levantamento das condições de produção à qual está veiculada.

Figura 2 – Roupas Sujas



Fonte: *Careta*, 2024b, online.

O contexto sócio-histórico da imagem envolve a instabilidade política do Brasil após a Revolução de 1930 e os preparativos para a consolidação do Estado Novo. Assim, essa charge reflete uma fase crítica na trajetória de Getúlio Vargas, que, desde 1930, governava provisoriamente, mas, em 1937, estava se preparando para o golpe que instauraria o regime ditatorial do Estado Novo, consolidando seu poder.

O período que antecedeu a criação dessa charge foi marcado por conflitos políticos, que tinham suas raízes na Revolução de 1930. Essa revolução foi um movimento armado liderado por Getúlio Vargas, com o apoio de figuras como Oswaldo Aranha, Juarez Távora e João Alberto, que derrubou o governo de Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes, eleito presidente, consolidando o poder nas mãos de Vargas. A insatisfação popular com o sistema político da República Velha, que privilegiava as oligarquias regionais, deu a Vargas uma base de apoio inicial,

mas, ao longo da década de 1930, ele precisou lidar com facções políticas.

Em 1937, o país estava à beira do golpe que instauraria o Estado Novo. Vargas e seus aliados usaram a ameaça da revolta comunista, o Plano Cohen, como pretexto para suspender as eleições e consolidar um regime autoritário, que duraria até 1945. Nesse sentido, a capa da *Careta* de outubro de 1937 reflete exatamente esse momento de incerteza, em que as disputas políticas e os boatos sobre quem seria o verdadeiro responsável por manobras e articulações políticas estavam no centro das discussões sociais.

A frase central da charge, "Essas comadres são terríveis! Já querem 'sujar' o Oswaldo. Depois dirão que fui eu", dita por Vargas, reflete diretamente esse contexto de especulações, acusações e tentativas de atribuição de culpa. A charge constrói uma crítica sutil ao papel de Vargas como alguém que tenta se afastar das acusações sobre as manobras políticas que ocorreram em 1930, especialmente relacionadas à articulação de seus cúmplices, como Oswaldo Aranha, que teve papel fundamental na revolução (Napolitano, 2016).

Assim, é evidenciado que a menção a "Oswaldo", no caso Oswaldo Aranha, é uma referência direta a uma das figuras-chave da Revolução de 1930. Oswaldo Aranha foi um dos principais articuladores do movimento que depôs Washington Luís, e sua menção na charge indica como os aliados de Vargas eram constantemente mencionados em acusações e especulações. O enunciado "depois dirão que fui eu" sugere que, embora Vargas estivesse no centro dessas articulações, ele tentava se distanciar das discussões públicas e se colocar como um observador, alguém que não deveria ser culpado diretamente, mesmo sabendo que eventualmente poderia ser responsabilizado.

Os enunciados proferidos pelas senhoras – "Quem deu foi o Oswaldo"; "Mil contos ao Prestes"; "O Juarez viu"; "Foi em 1930"; "O João Alberto também viu" – representam as acusações que circulavam sobre o envolvimento das figuras-chave como Oswaldo Aranha, Juarez Távora e João Alberto no golpe de 1930. Esses enunciados também indicam como a população e a mídia continuavam a lembrar e especular sobre os acontecimentos passados, transformando-os em objeto de debate e fofoca, sem que houvesse uma resolução sobre quem, de fato, era o principal responsável pelas manobras.

Cabe mencionar que o tom emotivo-valorativo de acusação usado pelas "comadres" simboliza a sociedade, especialmente a parte da população que, estereotipadas como "fofoqueiras", especula sobre os bastidores da política. Estas, representando as discussões públicas e os rumores que circulavam na sociedade da época, discorrem sobre os eventos de 1930, lançando acusações e tentando identificar quem realmente foi o responsável pelas articulações políticas que levaram Vargas ao poder.

Assim, as ideologias e axiologias presentes na charge veiculam uma crítica indireta, na forma de polêmica velada, à figura de Vargas, pintando-o como alguém que, embora fosse o centro das articulações políticas que levaram à revolução e, mais tarde, à centralização do poder, tentava se distanciar publicamente dessas responsabilidades. A imagem de Vargas no balanço, sorridente e relaxado, reforça a ideia de que, enquanto a sociedade se exalta e discute, ele se mantém indiferente, "divertindo-se" com a situação, sem sofrer as consequências das acusações. Isso reflete a ideologia veiculada na revista, isto é, de que Vargas sabia manipular tanto seus aliados quanto a opinião pública, enquanto as questões sobre sua verdadeira responsabilidade nos eventos de 1930 permaneciam sem respostas.

Como qualquer enunciado revela seu direito e seu avesso (Fiorin, 2020), a *Careta*, ao utilizar esses recursos verbo-visuais, sugere que a política brasileira estava repleta de discussões e especulações, enquanto os verdadeiros articuladores, como Vargas, permaneciam impunes e alheios às repercussões de suas ações. O título "Roupa suja" reforça a ideia de que essas questões eram discutidas na esfera pública, mas pouco era feito para mudar a situação real. Cabe mencionar que a expressão "Roupa suja" remete à locução popular "lavar roupa suja", comumente usada para se referir a brigas ou discussões em que dissensões e acusações são trazidas à tona com o objetivo de resolver pendências ou conflitos. No entanto, na charge, as mulheres, comadres, não estão lavando a roupa suja, mas sim "sujando" Oswaldo, colocando a culpa sobre ele. Essa inversão, em que a roupa, ao invés de ser limpa, é "sujada", adiciona ironia ao enunciado, pois subverte o sentido tradicional da expressão. Essa oposição entre lavar (o que implica limpar, resolver) e sujar (o que implica piorar, criar mais problemas) intensifica o teor irônico da capa e reforça que em vez de resolverem os conflitos políticos, as figuras representadas na charge estão agravando-os, colocando a culpa em Oswaldo.

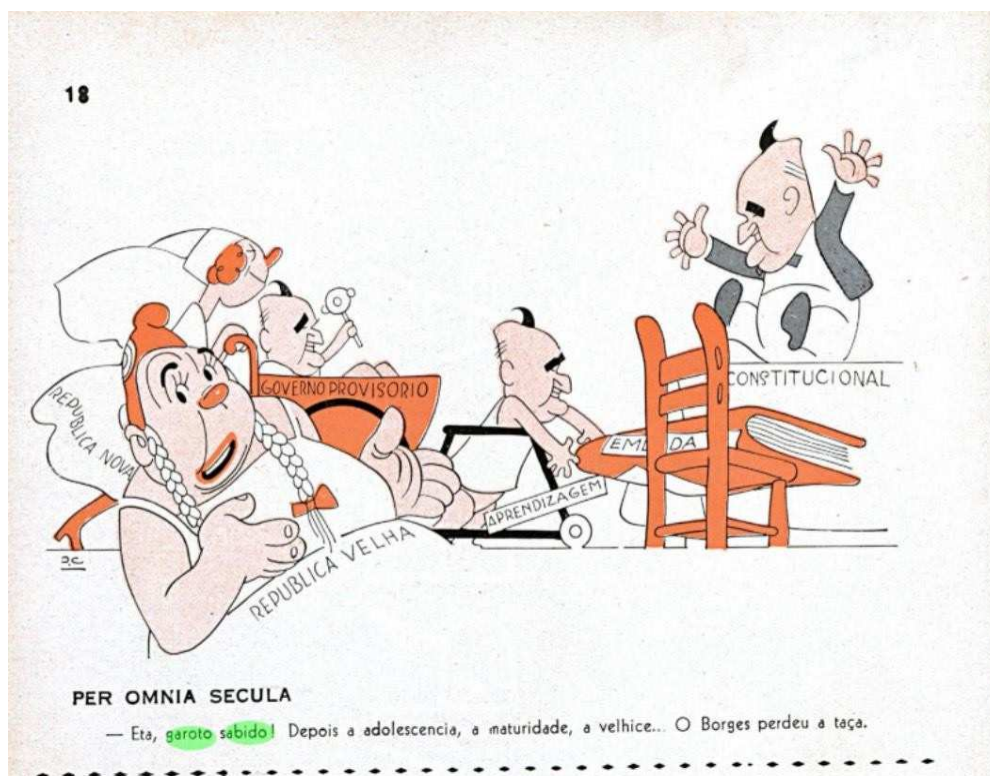
Mediante a isso, a ideologia veiculada na charge sugere uma crítica ao governo de Vargas, mostrando-o como um sujeito que consegue se esquivar das acusações e das responsabilidades políticas. O fato de ele estar no balanço, sorridente, divertindo-se, e à parte das discussões, reforça essa ideia de que ele mantinha o controle da situação, mesmo quando figuras próximas a ele, como Oswaldo Aranha, eram alvo de rumores e críticas.

Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), criticava o governo de Getúlio Vargas nos anos 1930, especialmente em relação ao controle do poder e à centralização do Estado. Em 1937, pouco antes da implantação do Estado Novo, ele proferiu um discurso afirmando que o Brasil passava por uma crise de valores e autoridade, na qual a concentração de poder nas mãos de uma única pessoa ameaçava a integridade do país e impedia o desenvolvimento de um verdadeiro Estado Nacional.

Dessa maneira, Plínio Salgado, em seu discurso, aponta justamente para a concentração de poder nas mãos de um único homem, o que, de acordo com ele, ameaçava a integridade da nação. A crítica de Salgado integra-se com a ironia presente na charge, em que Vargas é apresentado como manipulador, afastado dos problemas e focado apenas em manter-se no poder, enquanto a sociedade, representada pelas senhoras, discute o que já havia acontecido. Esse distanciamento emocional e político de Vargas, como sugerido na capa, associa-se ao discurso de Salgado, de que a sociedade brasileira estava desorganizada, incapaz de reagir de maneira eficiente ao crescente poder centralizado.

A seguir, a charge "*Per Omnia Secula*", publicada pela Revista *Careta* em 1937, será analisada. A charge atua na esfera política e reflete criticamente o cenário político brasileiro no final do Governo Provisório de Getúlio Vargas e o prelúdio do Estado Novo.

Figura 3 – “Per Omnia Secula”



Fonte: Careta, 2024c, online.

É observado que a charge dialoga diretamente com o cenário político de 1937, uma época em que Getúlio Vargas manobrava para perpetuar-se no poder. Essa imagem remete ao desprezo pelo regime constitucional, ao sugerir que a Constituição de 1934, que havia sido implementada poucos anos antes, já estava sendo desconsiderada por Vargas. O fato de Vargas estar sentado sobre o livro reforça a ideia de que ele usava a Constituição como um simples instrumento a ser manipulado, enquanto buscava consolidar um governo autoritário.

A expressão "Per Omnia Sécula", que significa "por todo sempre", reforça a crítica à permanência indefinida de Vargas no poder. O enunciado verbal "Eta, garoto sabido! Depois a adolescência, a maturidade, a velhice" ilustra as várias fases de Vargas representadas na charge. A caricatura de Vargas como uma criança no Governo Provisório simboliza o início de sua trajetória no poder, onde ele "aprendeu a governar" e, mais tarde, propôs uma Constituição. No entanto, mesmo com o avanço de sua governança, ele manteve um controle autoritário. A República Nova carregando a criança (Governo Provisório) simboliza essa continuidade no poder, sugerindo que Vargas cresceu politicamente, mas sempre com o intuito de permanecer no controle "para todo sempre". Assim, a charge não apenas critica a centralização do poder, mas também mostra como Vargas, ao longo de sua trajetória, se consolidou como um líder que planejava continuar no governo indefinidamente.

Ainda, é verificado que a charge estabelece uma relação de dialogismo com a Capa número 1529 da revista *Caretá*, Figura 2 desta pesquisa, publicada também em 1937. Ambas as representações visuais retratam Getúlio Vargas de maneira caricatural e irônica, ressaltando o contraste entre sua postura pública e as

ações políticas nos bastidores. De forma semelhante à capa mencionada, na charge "Per Omnia Secula", Vargas é retratado de maneira descompromissada, sentado sobre a Constituição, o que simboliza sua indiferença em relação à ordem democrática que ele subverteu.

Dessa forma, o dialogismo entre essas duas obras realça as práticas autoritárias de Vargas e o jogo de poder que ele estabeleceu com as elites políticas e com a sociedade em geral. A imagem de um presidente sorridente, sem ser afetado pelos eventos ao seu redor, aparece como uma constante, revelando a ideologia subjacente de que Vargas manipulava os acontecimentos para atingir seus fins, enquanto a sociedade permanecia presa a discussões ineficazes ou era mantida à margem das reais articulações de poder.

Além de dialogar com o cenário político da época, é notório que a charge também se conecta a enunciados mais amplos sobre a natureza do poder e da governança no Brasil, uma vez que questiona a validade do discurso getulista, que prometia uma ruptura com as velhas práticas oligárquicas, ao mostrar que, na realidade, Vargas utilizava os mesmos métodos de manipulação política, aproveitando-se de alianças e do controle sobre as instituições para se manter no poder.

Ainda, é revelado que o intuito discursivo da charge é duplo: ela visa desmistificar a imagem de Vargas como um reformador e expor a sua continuidade com as velhas práticas oligárquicas da República. Ao apresentar Vargas como um "garoto sabido", a charge ironiza sua esperteza política, insinuando que ele já tinha a intenção de se perpetuar no poder, independentemente da democracia.

O estilo dos enunciados é marcado pelo humor ácido e pela ironia. A expressão "*garoto sabido*", como citado anteriormente, carrega um tom-valorativo de zombaria, apresentando Vargas como alguém astuto, quase infantil em sua habilidade de manipular as circunstâncias a seu favor.

Além das observações já feitas, a representação da mulher deitada na cama, personificando a "República Velha", traz elementos simbólicos relevantes e retrata a ideologia presente na charge. O fato de ser representada como uma figura que se alimentou muito, que aproveitou o poder (no campo da política), e estar coberta por um lençol que leva o nome "República Velha" indica uma crítica à inércia e ao esgotamento desse regime oligárquico, já desgastado pela política de privilégios. O rosto da mulher, similar ao de um palhaço, reforça o tom irônico e satírico, sugerindo que a antiga República era, em certa medida, uma "farsa" ou algo já desacreditado perante a população e o cenário político.

Em contrapartida, a figura de Vargas, retratado como uma criança sentada sobre o livro da Constituição, simboliza a despreocupação e o uso manipulador da lei. A escolha de apresentá-lo brincando em cima da Constituição reforça a crítica de que Vargas não respeitava a legalidade democrática, tratando o documento como um simples brinquedo de suas manobras políticas.

Assim, a charge intensifica o tom crítico, mostrando que, embora as promessas de ruptura com as práticas antigas fossem amplamente divulgadas, a continuidade com as velhas formas de manipulação política prevalecia.

Em seguida, é abordada a capa da revista *Careta* de número 1547, publicada em 12 de fevereiro de 1938. Essa capa, assim como as demais charges, utiliza recursos visuais e simbólicos para representar crítica e ideologicamente o contexto político da época, destacando-se como mais um exemplo da sátira direcionada ao governo de Getúlio Vargas e suas manobras para consolidar o poder.

Figura 4 – Depois os insetos



Fonte: Careta, 2024d, online.

A charge publicada na revista *Caretta*, assim como as demais, pertence à esfera das atividades humanas relacionadas à imprensa, à comunicação social e à crítica política. Embora a *Caretta* fosse uma revista de cunho também satírico, seu discurso ultrapassava o campo do entretenimento, adentrando a esfera pública e política ao criticar as ações do governo Vargas.

Para que a análise seja realizada, primeiramente, faz-se necessária a transcrição da legenda para fins de compreensão. O título da charge, “Depois os insetos”, é seguido de um diálogo:

da revista *Careta*

- Parece que nós estamos com os dias contados, compadre Gafanhoto.
- Porquê, d. Formiga?
O homem dissolveu as câmaras, desagregou os partidos, aboliu as bandeiras; nós somos as únicas forças que ainda restam.

O estilo da charge é marcado pela combinação de recursos visuais e linguísticos, que, juntos, constroem um enunciado irônico e crítico. A representação caricatural de Getúlio Vargas, pequeno e careca, com trajes formais, tentando fechar gavetas abarrotadas, cria uma imagem grotesca do presidente, exagerando seus traços físicos e suas ações para amplificar o efeito crítico. O exagero visual, tanto no tamanho dos insetos quanto na quantidade de objetos nas gavetas, é um recurso típico da caricatura, utilizado para destacar o absurdo da situação e provocar o riso crítico. Ainda, a frase "nós somos as únicas forças que ainda restam" é carregada de um tom emotivo-valorativo de desesperança, indicando que os personagens têm plena consciência de que sua sobrevivência no contexto político do Estado Novo está por um fio.

Além disso, a imagem de Vargas tentando fechar as bandeiras dos Estados simboliza o seu esforço de centralizar o poder, limitando a autonomia dos Estados e fortalecendo o governo federal. O ato de tentar "fechar" as bandeiras ilustra o processo de concentração de poder nas mãos de Vargas, o que reflete sua visão autoritária de governar o Brasil como uma nação unificada, sem deixar espaço para divergências regionais.

Nesse período, houve um episódio denominado "queima das bandeiras estaduais", que ocorreu em uma cerimônia cívica realizada na Praça Roosevelt, no Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil na época, em 27 de novembro de 1937. O evento foi promovido pelo então presidente Getúlio Vargas como parte das comemorações da festa da bandeira. Durante a solenidade, as bandeiras que representavam os Estados brasileiros foram incineradas, uma vez que a nova Constituição abolira sua utilização, determinando que, a partir daquele momento, apenas a bandeira nacional seria mantida como símbolo oficial.

Nesse sentido, o processo de cremação das bandeiras pode ser visto como uma representação da destruição das identidades regionais e a imposição de um poder central. A queima simboliza a tentativa de Vargas de eliminar as diferenças regionais e os poderes locais, consolidando um Estado fortemente centralizado. Essa estratégia de centralização do governo, representada na charge, critica a forma como Vargas manipulava o discurso de unificação nacional, enquanto impunha um regime autoritário que silenciava vozes dissonantes.

A presença dos insetos — uma formiga e um gafanhoto — observando, são comumente associados a classes trabalhadoras (a formiga) e ao campo artístico (o gafanhoto). Essa escolha metafórica remete à fábula da cigarra e da formiga, uma narrativa popular sobre trabalho, arte e sobrevivência. Na charge, eles representam as forças que ainda resistem à centralização do poder, mas que sentem que seus dias "estão contados". Nesse sentido, a ironia presente no diálogo entre os insetos reforça o pessimismo de que, após a supressão dos partidos e a extinção das bandeiras, restam poucas forças para impedir a completa consolidação do regime ditatorial. Assim, a capa não apenas retrata o cenário político da época, mas também atua como um alerta para os riscos de um governo que pretende arquivar todas as manifestações de liberdade e pluralidade.

Essa capa da revista está inserida no contexto político do Estado Novo, período marcado pela centralização do poder, pela censura e pela supressão das

liberdades democráticas. Vargas, que inicialmente governava provisoriamente, utilizou-se de artifícios políticos para permanecer no poder, dissolvendo o Congresso, extinguindo partidos políticos e promulgando a nova Constituição de 1937, que consolidava seu regime autoritário. A partir desse momento, o Estado brasileiro passou a adotar práticas de controle rigoroso sobre a sociedade, com o fortalecimento do aparato repressor e a censura aos meios de comunicação.

À vista disso, há uma relação de dialogismo dessa capa da revista *Careta* com a charge anteriormente analisada, *Per Omnia Secula*. Ambas as charges destacam o processo de perpetuação de Vargas no poder. Como já analisamos, em *Per Omnia Secula*, os enunciados visual e verbal retratam Vargas como alguém que foi "aprendendo" a governar desde a juventude, até se tornar figura central de um regime autoritário, governando "para todo o sempre". Já na capa "Depois os Insetos", o ato de Vargas tentar fechar as gavetas com bandeiras dos Estados, além de representar a centralização do governo, faz alusão à "queima das bandeiras estaduais" de 1937, simbolizando a supressão do federalismo e o controle total exercido por ele sobre o Brasil. Dessa forma, ambas as representações visuais dialogam entre si, ironizando a tentativa de Vargas de consolidar-se como o único líder incontestável do país e de eliminar qualquer resistência à sua autoridade.

Além disso, o então presidente também dedicou especial atenção à propaganda ideológica durante o Estado Novo. Nesse contexto, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi estabelecido em 1938, com Vargas como figura central. A função principal do DIP era enaltecer o governo, retratando o presidente não apenas como o líder da nação e defensor dos trabalhadores, mas também como promotor do desenvolvimento econômico do país. O DIP também tinha a missão de censurar qualquer oposição ao regime, facilitando o avanço dentro da nova ordem. Assim como na Europa, onde o nazi-fascismo utilizava a produção cultural para apoiar a política, no Brasil, o DIP deveria supervisionar toda a produção artística (literatura, cinema, música, teatro, arquitetura, artes plásticas, entre outros), garantindo que estivesse alinhada com o discurso e as políticas do governo, promovendo o nacionalismo e colaborando com a educação cívica (Napolitano, 2016). Assim, durante essa época, muitos intelectuais foram presos ou exilados, por rebaterem a política ditatorial de Vargas e de questionarem o Governo.

Nesse contexto, ao retratar Vargas tentando fechar gavetas abarrotadas de objetos e pessoas, a charge simboliza o esforço do governo de "arquivar" a diversidade e suprimir vozes dissidentes — o que vai ao encontro da função do DIP, que buscava não apenas silenciar as críticas, mas também promover um discurso enaltecedor do governo e moldar a cultura nacional em torno da figura de Vargas. O DIP operava para garantir que toda a comunicação fosse alinhada com os interesses do regime, assim como Vargas, representado na charge, tenta ocultar elementos que ameaçam sua liderança.

Graciliano Ramos é reconhecido como uma das vítimas mais notáveis da repressão durante o governo Vargas. Detido em Maceió no dia 3 de março de 1936, permaneceu preso até 13 de janeiro de 1937, sem que houvesse uma acusação formal. Esse período de sua vida foi narrado em sua obra *Memórias do Cárcere*, publicada postumamente, embora tenha ficado incompleta.

Essa obra reflete o ambiente de repressão e opressão política vivenciado durante o período Vargas e pode ser cotejada com o discurso autoritário do governo:

Várias pessoas estavam ali sem processo, algumas deviam quebrar a cabeça a indagar porque as tratavam daquele jeito; não havia julgamento e expunham claro o desejo de assassiná-las. Não nos faziam ameaça vã, como notei depois. Atanazavam-me as palavras do caolho: todos iguais, nenhum direito, os soldados podiam jogar-nos impunemente no chão, rolar-nos a pontapés. E finir-nos-íamos devagar. Isso me trouxe ao pensamento a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos de má-fé ou idiotas. Em vez de metermos em forno crematório, iam destruir-nos pouco a pouco. Certamente era absurdo responsabilizar o Brasil, quarenta milhões de habitantes, pela sentença do zarolho. Ali dentro haveria criaturas bem intencionadas, mas não nos valeriam muito na engrenagem que nos agarrava. Lembrei-me do sargento, da voz morna a gemer um conselho brando, no escuro. Não podia alimentar-me, e esses propósitos generosos deixavam firme a revelação dura: — "Vêm morrer." Sem dúvida. (Ramos, 2011, p.292-293).

Esse trecho captura a essência da arbitrariedade das prisões políticas sob o regime de Vargas. A falta de julgamento e a sensação de incerteza quanto aos motivos das prisões refletem o abuso de poder e a ausência de garantias legais, algo que foi intensificado durante o Estado Novo, com a suspensão das liberdades democráticas. A partir dessa posição ideológica, Ramos apresenta seu projeto de dizer que difere das ideias do governo de Vargas.

Ainda, essa situação descrita por Ramos dialoga com o discurso repressivo do governo Vargas, que justificava a necessidade de centralização e controle rigoroso do Estado sob o pretexto de manter a ordem e evitar ameaças internas, como o comunismo. O decreto de 1937, que estabeleceu a nova Constituição e consolidou o Estado Novo, autorizava prisões e censura sem julgamento adequado, o que se revela na experiência relatada por Graciliano Ramos em seu livro.

Assim, essa capa da revista *Careta* e "*Memórias do Cárcere*" de Graciliano Ramos estão intrinsecamente ligadas pela crítica ao autoritarismo do Estado Novo e pela representação da opressão vivida sob o regime de Getúlio Vargas. Enquanto a charge de *Careta* usa a ironia para ilustrar as manobras de Vargas para centralizar o poder, o relato de Ramos expõe a realidade da repressão, refletindo a mesma atmosfera de medo e controle que permeava o país.

Além disso, o enunciado de Ramos sobre "morrer lentamente" demonstra o estado de apreensão e desespero que permeia tanto a vida dos prisioneiros quanto a sensação de impotência de artistas e trabalhadores sob a ditadura. Assim como os insetos sentem que seus "dias estão contados", os prisioneiros de Ramos vivem sob a constante ameaça de extinção, uma metáfora da capacidade do Estado de eliminar qualquer forma de resistência.

A capacidade de ambos os textos — a charge e a obra de Ramos — de capturar a essência da opressão, a resistência e a urgência de uma voz crítica, demonstra como a arte e a literatura se tornaram ferramentas fundamentais para desafiar e expor as injustiças de um regime que tentava silenciar a pluralidade e a liberdade de expressão. Portanto, a capa da *Careta*, ao retratar a luta pela sobrevivência em tempos de repressão, estabelece uma relação de dialogismo com a experiência de Graciliano Ramos, criando um diálogo poderoso entre a crítica social e a realidade vivida sob o Estado Novo.

A ideologia centralizadora do governo é apresentada como algo negativo, que visa arquivar e controlar todas as manifestações de liberdade e oposição. Ao representar Vargas lutando para fechar as gavetas abarrotadas, a charge sugere que

o regime não consegue lidar plenamente com a complexidade do país, e que a tentativa de controlar tudo está destinada ao fracasso.

Além disso, a charge crítica a ideia de que o governo de Vargas era uma solução para os problemas do Brasil. O regime se apresentava como uma alternativa para a instabilidade política que havia marcado a década de 1930, mas a charge expõe esse discurso como uma manipulação, sugerindo que o governo estava mais preocupado em suprimir a oposição do que em resolver os problemas reais do país. A crítica à censura e ao controle é evidenciada na representação visual das gavetas abarrotadas, que simbolizam as vozes dissonantes que o governo tenta, mas não consegue suprimir.

A ideologia da liberdade e da pluralidade, portanto, é defendida implicitamente na charge. Ao retratar os insetos como as "únicas forças que ainda restam", a charge sugere que ainda há esperança de resistência contra o autoritarismo. Finalmente, a charge revela que, apesar dos esforços do governo para controlar a sociedade, as forças centrífugas, marcadas pela diversidade e liberdade ainda existem e podem superar o regime repressivo.

A capa, a seguir, é a de número 1939 da revista *Careta* e circulou em 25 de agosto de 1945. Essa capa, assim como as obras anteriores, insere-se no contexto político e social do Brasil no final da Segunda Guerra Mundial e o impacto desse cenário no governo de Vargas. Verifica-se que está vinculada ao período que retrata o fim do regime ditatorial e o início de uma nova fase política para o país

Figura 5 – “Charada”



Fonte: *Careta*, 2024e, online.

da revista *Careta*

A capa está associada ao período de transição política que o Brasil vivia em 1945, marcado pelo fim da ditadura de Getúlio Vargas e o início de um novo ciclo democrático. Como vimos, após o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, Vargas governou o país com poderes praticamente absolutos, concentrando em si as decisões políticas, censurando a imprensa e perseguindo opositores. O Estado Novo foi um regime centralizador e autoritário, que controlava de perto os movimentos sociais, suprimia as liberdades individuais e promovia a propaganda do governo como uma ferramenta de legitimação, mas, em 1945, o regime começava a perder sustentação, tanto interna quanto externamente, com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial e as pressões por redemocratização. Esse cenário criou uma atmosfera de incerteza sobre o futuro do país e o papel de Vargas no pós- guerra.

No cenário internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial também exerceu forte influência sobre o destino de regimes autoritários ao redor do mundo. A vitória dos aliados, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, promoveu a ideia de que o mundo deveria se afastar de governos autocráticos e caminhar em direção à democracia. No Brasil, o Estado Novo de Vargas começava a ser visto com desconforto, especialmente pelos militares e setores liberais, que viam na redemocratização uma oportunidade para alinhar o país aos novos padrões globais. Nesse sentido, a derrubada de Vargas, em outubro de 1945, estava intimamente ligada a esse contexto internacional de transição para a democracia.

As eleições marcadas para dezembro de 1945 configuraram um momento decisivo. Dois candidatos militares se destacavam: Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas, e Eduardo Gomes, da oposição. No entanto, o clima de incerteza política era grande. Vargas, embora estivesse oficialmente deixando o poder, ainda exercia forte influência sobre o processo eleitoral e sobre o futuro do país. A desconfiança sobre suas verdadeiras intenções gerou uma série de especulações e temores na sociedade. O fato de Vargas ser retratado na capa da revista *Careta* aguardando um ônibus, cercado por bagagens, é uma metáfora visual desse momento: o presidente aparentemente está prestes a partir, mas os brasileiros, representados pelos dois homens observando de longe, questionavam se ele realmente estava disposto a deixar o cenário político.

Nesse sentido, a capa, ao representar esse momento de hesitação e dúvida sobre os próximos passos de Vargas, reflete, de forma crítica, o clima de incerteza que pairava sobre o país, tornando-se um enunciado em que múltiplas vozes – do povo, da imprensa, da política – se entrelaçam para interpretar o complexo papel de Vargas na história do Brasil.

Para ilustrar as diferentes vozes e as estratégias discursivas e estilísticas que contribuem para o tom irônico e a crítica implícita ao cenário político da época, o enunciado verbal da charge será analisado:

Charada

- Eu acho que ele vai pescar ou tomar banho de mar.



SOUZA, P. P; SILVA, Y. F; CAMPOS-TOSCANO, A. L. F.

- Pois eu creio que ele vai <<jogar ping-pong>> ou caçar borboletas.
- Irá de bonde ou de ônibus?
- Apósto que ele sabe aonde nós vamos.

A estrutura composicional do enunciado se dá em forma de diálogo, no qual quatro falas de personagens anônimos expressam suposições sobre os próximos passos de Getúlio Vargas. A escolha por um diálogo rápido e coloquial sugere a conversa espontânea entre pessoas comuns, refletindo o discurso popular sobre as incertezas em torno de Vargas.

No mais, as falas são iniciadas com verbos que expressam opinião e crença, como "acho", "creio" e "aposto", que marcam a subjetividade das afirmações e demonstram a falta de certeza sobre o destino de Vargas. Esses verbos enfatizam a incerteza que pairava no ambiente político de 1945, refletindo o tom de especulação presente no país em relação ao futuro. Além disso, a presença de pronomes pessoais na primeira pessoa do singular ("eu") e na primeira pessoa do plural ("nós") destaca as diversas vozes que questionam sobre o futuro político.

A crítica também se refere ao cenário de sucessão presidencial em 1945. A disputa entre os candidatos Eurico Dutra e Eduardo Gomes estava em pleno andamento, mas o Queremismo — movimento que pedia a permanência de Vargas no poder — ainda permeava o ambiente político. A capa faz uma crítica sutil à incerteza em torno da sucessão e à desconfiança de que Vargas não abriria mão do controle.

Ainda cabe mencionar que o uso de cartazes políticos na parede, com os nomes de Dutra e Gomes, e a inclusão de um cartaz do Queremismo ("Não queremos 'queremos'") ilustram essa ambiguidade. A crítica é a de que, apesar da aparente sucessão política, a sombra de Vargas ainda pairava sobre o cenário eleitoral, fazendo com que o futuro político do Brasil fosse uma "charada" — como sugere o título da charge. Assim, a incerteza sobre as intenções de Vargas, combinada com a movimentação política de bastidores, é uma crítica ao caráter do seu governo.

Em um de seus discursos durante a campanha presidencial, Eduardo Gomes criticou o prolongamento da influência de Vargas sobre a política brasileira, apontando que a permanência dele, mesmo que de forma indireta, representava um risco à consolidação da democracia no país. Gomes defendia uma ruptura com o personalismo político de Vargas e uma transição para um governo mais democrático, com uma renovação das lideranças e das práticas políticas. Nesse sentido, o discurso de Gomes ecoa a crítica presente na capa da Careta, que ironiza a dúvida da população sobre o verdadeiro destino de Vargas. Dessa maneira, o diálogo da charge ("Eu acho que ele vai pescar ou tomar banho de mar" / "Aposto que ele sabe aonde nós vamos") reflete o sentimento de incerteza que Eduardo Gomes abordava em seus discursos.

Um dos discursos de Eduardo Gomes acerca do posicionamento de Getúlio Vargas se deu em sua fala durante a campanha presidencial de 1945 e, também, era constantemente enfatizado no documento chamado de "Manifesto dos mineiros", divulgado em 24 de outubro de 1943. Gomes defendia que a democracia não se constrói com ditadores e que a sociedade não poderia permitir que homens que já tiveram sua oportunidade, e que a usaram para suprimir as liberdades,

da revista *Careta*

continuassem a influenciar os rumos da nação. Afirmava, ainda, que o Brasil precisava de renovação e de líderes comprometidos com a verdadeira vontade popular, e não de homens que, sob o disfarce da legalidade, perpetuavam seu poder.

Mediante a isso, nota-se que a crítica de Gomes ao domínio de Vargas e sua defesa de uma transição democrática encontram “voz” na capa da Revista *Careta*, que, com humor e ironia, evidencia o poder latente de Vargas e o ambiente de incerteza que cercava a política do período. A charge, portanto, dialoga com os discursos de Gomes ao apontar, de maneira satírica, que mesmo afastado formalmente do governo, Vargas ainda parecia dominar o cenário político brasileiro.

A seguir, é analisada a Capa da Revista *Careta*, nº 1941, que explora uma dualidade intrigante entre “faixista” e “fascista”. De maneira sutil, a capa estabelece uma crítica ao associar o fascismo à figura de Getúlio Vargas. Essa crítica reflete o caráter repressivo do governo nos momentos finais do Estado Novo, por meio de recursos verbo-visuais, evidenciando o uso da ironia para veicular ideologias que permeavam nesse momento.

Figura 6 – Faixismo ou Fascismo?



Fonte: *Careta*, 2024f, online.

A capa da Revista *Careta*, publicada em 08 de setembro de 1945, reflete o contexto político e social brasileiro dos momentos finais do Estado Novo. Esse período, que marcou o governo de Getúlio Vargas, foi caracterizado pela centralização do poder, repressão política e censura, como já discorrido anteriormente. Embora o governo não se declarasse abertamente fascista, seu posicionamento e atitudes remetiam a características comuns de regimes totalitários da época, como o fascismo na Itália de Mussolini e o nazismo na Alemanha de Hitler. Essas características



SOUZA, P. P; SILVA, Y. F; CAMPOS-TOSCANO, A. L. F.

totalitárias aproximam o Estado Novo de ideologias tiranas, especialmente no que diz respeito ao culto à personalidade do líder, à manipulação de símbolos nacionais e à ideia de uma nação unida sob um único comando.

No entanto, apesar dessas similaridades, Vargas nunca declarou uma adesão formal ao fascismo. Ele procurou manter uma posição ambígua e pragmática, buscando benefícios tanto das potências do Eixo (Alemanha, Itália, Japão) quanto dos Aliados (EUA, Reino Unido, União Soviética). Esse pragmatismo culminou com a participação do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o que, por um lado, contradizia a afinidade ideológica que o Estado Novo tinha com o fascismo, mas, por outro, assegurava a manutenção do poder de Vargas (Napolitano, 2016).

Nesse sentido, a contradição de Vargas combater regimes fascistas na Europa enquanto mantinha um governo com traços fascistas no Brasil abriu espaço para críticas na imprensa e na sociedade. A revista *Careta*, que muitas vezes usava de ironia e trocadilhos em suas charges, como a capa de número 1941, foi uma dessas publicações que aproveitou o momento para criticar o caráter repressor do governo.

O estilo, constituído a partir das escolhas linguísticas empregadas, para a veiculação de ideologias que permeavam esse contexto, já podem ser observadas a partir do título da charge: "O vai-vem da vida", que estabelece um tom de cinismo e ironia ao cotidiano sob o regime de Getúlio Vargas nos últimos momentos do Estado Novo. A expressão "vai-vem" remete à repetição constante e monótona de ações que, nesse cenário, revela o comportamento passivo e automatizado imposto à população sob um governo repressivo. A vida pública, simbolizada pelo trânsito ordenado e o movimento controlado, reflete o ambiente político do período, no qual a ordem aparente era mantida por meio de uma rígida estrutura de controle social e político.

A legenda da charge aprofunda essa crítica ao incluir o enunciado de um locutor que aparentemente celebra a obediência dos pedestres: "Assim, muito bem, direitinho, entre as paralelas brancas, sempre dentro da faixa. Não liguem aos despeitados que; dizem que isso é <<faixismo>>". Aqui, o trocadilho entre "faixismo" (uma referência ao uso correto da faixa de pedestres) e "fascismo" expõe uma crítica ao autoritarismo do regime. A palavra "faixismo" satiriza a obediência excessiva às regras, mesmo em ações cotidianas como atravessar uma rua, e espelha a subordinação forçada do povo ao poder centralizado de Vargas.

Linguisticamente, o uso de termos no diminutivo como "direitinho" carrega uma conotação paternalista, como se a população fosse tratada como crianças que devem seguir rigorosamente as instruções dadas. A instrução para ignorar os "despeitados" – uma referência aos críticos do regime – reforça a natureza repressiva do governo, que desencorajava qualquer forma de contestação. O enunciado do locutor transforma a obediência em uma virtude e ridiculariza aqueles que o criticam, sugerindo que a única resposta aceitável é seguir as regras sem questionamento.

A ironia presente na legenda também é significativa. O enunciado "sempre dentro da faixa" enfatiza a ideia de que o povo deveria permanecer nos limites impostos pelo Estado, sem ultrapassar as fronteiras estabelecidas, o que significa não questionar a autoridade, não desafiar o poder. O governo se posicionava como o regulador da vida pública e privada, estabelecendo normas e silenciando dissidências sob o pretexto de manter a ordem.

As escolhas visuais também constroem sentidos, principalmente no que

se refere à representação de Getúlio, que é retratado como um indivíduo idoso, debruçado sobre a sacada de um prédio, observando de cima o movimento das pessoas. Sua posição elevada indica o distanciamento entre o líder e o povo, enquanto o holofote ao seu lado reforça a vigilância constante. Vargas é mostrado como alguém que, sem se envolver diretamente, mantém controle sobre a população, destacando seu caráter centralizador e autoritário.

Além disso, a figura do guarda representa a fiscalização implacável, garantindo a obediência. Observa-se, também, a ironia presente nas escolhas linguísticas entre "faixa" e "fascismo", o que intensifica a crítica, sugerindo que o controle autoritário do regime permeava desde as grandes questões políticas até os mínimos detalhes da vida cotidiana, criando uma falsa aparência de ordem pública.

Durante a campanha política de 1945, opositores de Vargas, como os membros da União Democrática Nacional (UDN), denunciavam seu governo como autoritário e comparavam suas práticas às do fascismo, enfatizando a repressão a opositores políticos. A UDN denunciava o culto à personalidade em torno do presidente e alertava a população sobre as consequências de um governo que se afastava das normas democráticas. Um exemplo disso pode ser encontrado nas declarações de membros da UDN, que afirmavam: "A liberdade de expressão é o primeiro direito que deve ser garantido a todos os cidadãos, e o governo atual não respeita esse direito" (UDN, 1945).

Tanto a charge da *Careta* quanto os discursos da UDN articulam uma crítica contundente ao autoritarismo de Vargas, refletindo um momento de transição e luta pela restauração da democracia no Brasil. Isso revela como a imprensa e os opositores se uniram em um esforço para desmascarar as práticas opressivas do regime, clamando por um futuro mais democrático.

Assim, as capas e as charges da revista *Careta*, além de representarem criticamente os eventos e figuras políticas da época, estão inseridas em uma esfera de atividades humanas que permite o confronto e a resistência a regimes autoritários, como o de Getúlio Vargas. Esses enunciados, como gêneros do discurso, são moldados por seu contexto e pelo propósito de revelar, questionar e confrontar as práticas de controle e repressão do Estado Novo. O projeto de dizer da revista de se opor ao governo e, simultaneamente, provocar reflexão na sociedade, é evidenciado nas construções irônicas e nos recursos verbo-visuais que permeiam suas publicações.

5 Considerações finais

Esta pesquisa se propôs a analisar as charges e capas da revista *Careta* publicadas durante o poderio político de Getúlio Vargas, com o objetivo de verificar a organização textual-discursiva, as ideologias presentes nesses enunciados e as relações dialógicas, por meio do cotejamento com outros enunciados.

Nesse sentido, foram realizados estudos acerca das reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin. A investigação centrou-se sobre gêneros discursivos, assim como as concepções de ideologia, dialogismo e o estudo do cotejamento como metodologia, buscando identificar como essas capas e charges, por meio de recursos verbo-visuais e da relação com outros enunciados, construíam suas críticas ao governo de Getúlio Vargas.



SOUZA, P. P; SILVA, Y. F; CAMPOS-TOSCANO, A. L. F.

Ainda, foi feita uma pesquisa sobre o contexto histórico do período de Getúlio Vargas, especialmente o Estado Novo (1937-1945), para situar as críticas veiculadas nas capas e charges no de seu cenário político-social da época. O cotejamento de enunciados dialogicamente relacionados com essas charges revelou como o discurso oficial era constantemente desafiado por vozes dissidentes, permitindo uma leitura crítica mais aprofundada sobre as estratégias de poder e controle da comunicação adotada pelo regime varguista.

Com base nesses estudos, constatou-se que os enunciados da *Careta* se apresentavam como contrapalavras à ordem ditatorial imposta por Vargas, utilizando a ironia e a caricatura para expressar um ponto de vista alternativo e, ao mesmo tempo, resguardar-se das possíveis sanções impostas pela censura oficial.

Nessa lógica, as análises realizadas ao longo desta pesquisa mostram que as charges e capas da revista *Careta* desempenharam um papel fundamental na veiculação de críticas ao governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Por meio de uma linguagem irônica e do uso de recursos verbo-visuais, esses enunciados ofereceram ao público uma análise das ações políticas da época, revelando uma resistência ao regime autoritário. As capas e charges selecionadas neste trabalho não só ilustravam o contexto político, mas também questionavam, por meio desses gêneros discursivos, as intenções e decisões de Vargas, evidenciando um embate ideológico constante.

As análises revelam, portanto, que a revista *Careta* funcionava como um espaço de contrapalavra no discurso público, em que se construía uma crítica potente ao governo Vargas. Por meio do cotejamento de enunciados e da Análise Dialógica Discursiva do Círculo de Bakhtin, concluiu-se que esses enunciados são produtos de uma multiplicidade de vozes que resistiam à imposição de um discurso único.

Assim, pode-se afirmar que esta pesquisa alcançou seu objetivo ao demonstrar como as charges e capas da revista *Careta* contribuíram para o debate político da época, utilizando a ironia como um mecanismo para questionamento do poder estabelecido, revelando, dessa maneira, não somente o reflexo da realidade, mas também a refração, ou seja, uma compreensão a partir de um olhar diverso do Governo Vargas. A utilização da ironia, constituída a partir de determinadas escolhas linguísticas e visuais, não apenas serviram como uma forma de crítica à repressão e ao autoritarismo, mas também como uma estratégia para engajar a população em uma reflexão sobre sua realidade política e social. As charges transformaram-se em um espaço de resistência, cuja ironia permitiu que vozes dissidentes emergissem, desafiando o discurso oficial e favorecendo um ambiente de contestação, onde as forças centrífugas emergiram contra as forças centrípetas, ou seja, oficiais do governo Vargas.

Por fim, pode-se afirmar que a pesquisa evidencia o papel fundamental da imprensa na construção da opinião pública. Ao fazer isso, as charges e capas de *Careta* não só informaram, mas também buscaram formar a consciência crítica de seus destinatários, encorajando-os a questionar a legitimidade do poder e a exigir mudanças. Nesse sentido, a revista se configurou como um importante veículo ideológico e de expressão e mobilização social, contribuindo para o fortalecimento da democracia em um período de intensas adversidades políticas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail; VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: _____(Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2016.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Documentação histórica da Assembleia. Disponível em: https://querepublicaeessa.an.gov.br/images/conntehistoria/br_rjanrio_c8_0_apl_1248_d0001de0001.pdf. Acesso em: 18. set. 2024a.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Anauê: uma história da luta pela liberdade. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2024b.

_____. Câmara dos Deputados. Getúlio Vargas: o homem que mudou a história do Brasil. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/ccult/getulio.pdf>. Acesso em: 18. set. 2024c.

CARETA. Capa. São Paulo, n. 1176, janeiro 1931. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=47490>. Acesso em: 19 out. 2024a.

_____. Capa. São Paulo, n. 1529, outubro 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=62546>. Acesso em: 19 out. 2024b.

_____. Capa. São Paulo, n. 1502, abril 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=1937&pagfis=6118>. Acesso em: 19 out. 2024c.

_____. Capa. São Paulo, n. 1547, fevereiro 1938. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=63421>. Acesso em: 19 out. 2024d.

_____. Capa. São Paulo, n. 1939, agosto 1945. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=79998>. Acesso em: 19 out. 2024e.

_____. Capa. São Paulo, n. 1941, setembro 1945. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq&pagfis=80086>. Acesso em: 19 out. 2024f.



SOUZA, P. P; SILVA, Y. F; CAMPOS-TOSCANO, A. L. F.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas no Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GERALDI, João Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GRUPO de estudos dos gêneros do discurso – GEGe - UFSCar (Org.). *Palavras e contrapalavras: enfrentando questões de metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. p. 19-37.

GIOVANI, Fabiana. O cotejo como marca de um estilo. In: GRUPO de estudos dos gêneros do discurso – GEGe - UFSCar (Org.). *Palavras e contrapalavras: entendendo o cotejo como proposta metodológica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 17-24.

MARCHEZAN, Renata. Diálogo. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

MEMORIAL da democracia. "1938." Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/busca?q=1938>. Acesso em: 17 set. 2024.

MIOTELLO, Vladimir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 167-176.

_____. O cotejo se dá na unidade da resposta. In: GRUPO de estudos dos gêneros do discurso – GEGe - UFSCar (Org.). *Palavras e contrapalavras: entendendo o cotejo como proposta metodológica*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 95-97.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil república: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

UNIÃO democrática nacional (UDN). Declarações e manifestações durante a Campanha de 1945. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/7796>. Acesso em: 20 out. 2024.